



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Secretaria de Defesa Agropecuária

Ferramenta de avaliação da qualidade do Serviço Veterinário



Departamento de Saúde Animal

Brasília, agosto de 2019

1.1. Recursos humanos	Níveis de avanço	Fontes de verificação
1.1.1. Quantitativo, jornada e distribuição Quadro adequado de pessoal do SV de modo a permitir que as funções técnicas e administrativas em geral sejam desempenhadas efetiva e eficientemente	1	O SV não dispõe de quantitativo e distribuição adequada de pessoal para o atendimento às demandas do serviço .
	2	O SV não dispõe do quantitativo ou da distribuição adequada de pessoal para atendimento às demandas do serviço.
	3	O SV tem o quantitativo, distribuição e jornada de trabalho condizentes, porém com deficiências que prejudicam o atendimento das demandas do serviço e jornada.
	4	O SV tem o quantitativo, distribuição e jornada de trabalho adequadas de pessoal, compatíveis com as demandas do serviço.
	5	O SV tem o quantitativo, distribuição e jornadas adequadas de pessoal, compatíveis com as demandas do serviço e possui política de reposição e localização e aplica critérios para as remoções.
		1. Quantos médicos veterinários, apoio técnico e administrativo existem na sede e unidades descentralizadas? 2. O quadro de servidores atende as necessidades da instituição? 3. Qual jornada de trabalho na sede e unidades descentralizadas? Verificar se é compatível com a demanda de serviço/atividades e atendimento ao público? 4. Como é a distribuição dos servidores nas UC, URs, UVLS, EACs, PF? Verificar se a distribuição dos servidores está adequada às demandas. 5. Trabalham exclusivamente no órgão de defesa sanitária animal? 6. Trabalham exclusivamente em saúde animal? 7. Houve concurso e há previsão para realização visando atender a demanda do SV? 8. Possui política de reposição e localização dos servidores e aplica critérios para as remoções?

1.1. Recursos humanos	Níveis de avanço	Fontes de verificação
1.1.2. Estabilidade das estruturas e sustentabilidade das políticas sanitárias Capacidade da estrutura e/ou liderança do SV para implementar e sustentar políticas de atuação ao longo do tempo	1	O quadro de pessoal e/ou gestão do SV sofre mudanças substanciais com frequência (ex. anualmente), resultando em ausência de sustentabilidade das políticas do setor. O quadro funcional tem baixa participação de pessoal efetivo em todos os níveis hierárquicos. O nível de rotatividade do quadro de servidores é alto.
	2	O quadro de pessoal e/ou gestão do SV sofre mudanças substanciais, sujeito a interferências políticas, com efeitos negativos na sustentabilidade das políticas do setor. O quadro funcional tem predominância de pessoal efetivo em todos os níveis hierárquicos. As condições oferecidas aos servidores são razoáveis, porém não garantem a estabilidade e ainda há significativa rotatividade do quadro de servidores.
	3	O quadro de pessoal e/ou gestão do SV dificilmente passa por mudanças substanciais, mas essa estabilidade não tem impacto positivo na sustentabilidade das políticas do setor e está sujeito a interferências políticas. O quadro funcional tem predominância de pessoal efetivo em todos os níveis hierárquicos. As condições oferecidas aos servidores garantem a estabilidade e há pouca rotatividade do quadro de pessoal.
	4	As mudanças no quadro de pessoal e/ou na gestão do SV ocorre de forma fundamentada e independente de mudanças políticas, com pouco ou nenhum efeito na sustentabilidade das políticas do setor. O quadro funcional tem alta predominância de pessoal efetivo em todos os níveis hierárquicos. As condições oferecidas aos servidores são compatíveis, garantem a estabilidade e diminui a rotatividade do quadro de servidores.
	5	O quadro de pessoal e/ou a gestão do SV geralmente permanece(m) estável (is). Modificações são baseadas em um processo de avaliação, com efeito positivo na sustentabilidade das políticas do setor. O quadro funcional tem alta predominância de pessoal efetivo em todos os níveis hierárquicos. As condições oferecidas aos servidores são atrativas, garantem a estabilidade e atraem os servidores.
		1. Qual o vínculo predominante do pessoal da defesa sanitária animal (com vínculo efetivo, ou temporários, ou que não são da entidade)? 2. As nomeações para cargos de comando nos diversos níveis seguem critérios previamente definidos e instituídos oficialmente mesmo que internamente (portaria ou algo similar)? 3. Ocorre muita rotatividade (tempo médio de permanência nas funções)? 4. Qual a perspectiva de sustentabilidade do quadro de servidores? (Qual a porcentagem de MVs, Aux. Técnicos e administrativos que possuem tempo para aposentadoria nos próximos 5 anos)? 5. Há um sistema de gestão de recursos humanos implantado? 6. São oferecidas condições aos servidores pela instituição (plano de carreira, benefícios, outros incentivos, etc)? 7. Há algum processo de avaliação formal (ex: auditorias, supervisões, grupos de trabalho) que permitam a avaliação do desempenho técnico e funcional dos servidores?

1.1. Recursos humanos	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>1.1.3. Capacitação técnica e educação continuada</p> <p>Capacidade do SV de manter e melhorar as competências de seu quadro de pessoal - implementação de um programa relevante de treinamento regular nos diversos temas de interesse</p>	1 Os servidores (veterinários, técnicos e administrativos) não têm acesso a cursos de capacitação na sua área de atuação.	1. Existe um programa de capacitação técnica do pessoal para exercício das funções? Após concurso ou contratação ou mudança de função há treinamento específico para início das funções?
	2 Os servidores (veterinários, técnicos e administrativos) têm acesso a cursos de capacitação esporádicos ou não relacionados com sua área de atuação, não atendendo as carências de capacitação, para atendimento das demandas do órgão.	2. Foram realizados cursos de capacitação relacionados à defesa sanitária e com as funções exercidas (finalísticas)? Verificar, se houver: Lista de programas de formação; registro do conteúdo dos cursos; lista de participantes; resultados dos programas de formação (ex. avaliações)?
	3 Os servidores (veterinários, técnicos e administrativos) têm acesso a cursos de capacitação esporádicos ou não relacionados a sua área de atuação, atendendo parcialmente as carências de capacitação, para atendimento das demandas do órgão.	3. Há procedimentos para gestão da EC em consonância com as atribuições do órgão (por ex., avaliação das necessidades, seleção de participantes)?
	4 Os servidores (veterinários, técnicos e administrativos) têm acesso a cursos de capacitação relacionados a sua área de atuação, dentro de um programa de capacitação organizado atendendo às demandas do órgão.	4. Qual critério de seleção dos participantes das capacitações técnicas?
	5 Os SV têm programa atualizado de capacitação de curta e longa duração, planejado para atender as demandas atuais e futuras do órgão, implementado para todo o pessoal e é objeto de avaliação regular da sua efetividade.	5. Há evidência de avaliação de desempenho, retroalimentação e atualização de planos de formação para todos os funcionários? 6. Foram realizados cursos de pós-graduação aplicados ao SV?

1.1. Recursos humanos	Níveis de avanço	Fontes de verificação	
<p>1.1.4. Competências e independência técnica</p> <p>Capacidade do SV para desempenhar suas atribuições técnicas eficientemente - medida pela qualificação de seu quadro - com autonomia e livre de influências comerciais, financeiras, hierárquicas e políticas que possam afetar as decisões técnicas de uma forma que contrarie as disposições da OIE (e do Acordo SPS da OMC, quando pertinente)</p>	1 As decisões e ações tomadas pelo SV geralmente não são fundamentadas em bases científicas e legais.	<p>1. Há interferência ou tentativa de interferência política ou administrativa e/ou judicialização de processos no desempenho das atividades (de forma técnica e no cumprimento da legislação)?</p> <p>2. Houve processo de elaboração e revogação de atos normativos durante os últimos anos que sofreram interferências políticas ou externas?</p> <p>3. Evidências de trabalho executado pelos servidores fora da esfera do órgão, com caracterização de conflito de interesse?</p> <p>4. Evidências que o SV revisa periodicamente seu arcabouço de procedimentos e normas baseando-se em conhecimentos científicos e dados atuais, com apoio de profissionais da academia (peritos, experts, etc).</p>	
	2 As decisões e ações tomadas pelo SV geralmente são fundamentadas nas normas estabelecidas, porém sofrem frequentes interferências de fatores alheios à base técnica.		
	3 As decisões e ações tomadas pelo SV são fundamentadas nas normas estabelecidas, porém sofrem interferências de fatores alheios à base técnica de forma eventual.		
	4 O SV desempenha suas atribuições com autonomia e livre de influências comerciais, financeiras, hierárquicas e políticas que possam afetar as decisões técnicas de uma forma que contrarie os princípios técnicos e legais.		
	5 O SV desempenha suas atribuições com autonomia e livre de influências comerciais, financeiras, hierárquicas e políticas que possam afetar as decisões técnicas de uma forma que contrarie os princípios técnicos e legais. O SV revisa periodicamente seu arcabouço de procedimentos e normas contando com apoio de experts e com base nos conhecimentos científicos e dados atuais.		

1.2. Recursos físicos	Níveis de avanço	Fontes de verificação
1.2.1. Instalações Disponibilidade de instalações adequadas para seu pleno funcionamento e execução de atividades e operações	1	As instalações físicas e mobiliário da maioria das unidades não oferecem condições de trabalho aos servidores em termos de espaço, conforto e conservação, apresentação externa, localização ou condições favoráveis para o atendimento ao público.
	2	As instalações físicas e mobiliário das unidades oferecem condições regulares de trabalho aos servidores, no entanto a maioria necessita de melhorias em termos de espaço, conforto, conservação, limpeza, localização ou condições favoráveis para o atendimento ao público.
	3	As instalações físicas e mobiliário da UC oferecem boas condições de trabalho aos servidores e atendimento ao público, mas não é o caso para todas as UVLs, EACs e postos.
	4	As instalações físicas e mobiliário da UC e da maioria das UVLs, EACs e postos oferecem condições de trabalho aos servidores em termos de espaço, conforto, conservação, apresentação externa, localização ou condições favoráveis para o atendimento ao público.
	5	As instalações físicas e mobiliário de todas as unidades oferecem condições de trabalho aos servidores em termos de espaço, conforto, conservação, apresentação externa, localização e condições favoráveis para o atendimento ao público. Há plano de estruturação, adequação e manutenção nas instalações das unidades do órgão.
		1. Condição das instalações (UC; URs; UVLs; PFs) quanto a espaço, distribuição, conservação, localização, acessibilidade, identificação. Imóvel próprio, alugado ou cedido por alguma entidade que possa gerar conflito de interesse? 2. Condições de trabalho e condições de atendimento ao público? 3. O mobiliário é adequado e suficiente? 4. A apresentação externa do escritório é adequada?

1.2. Recursos físicos	Níveis de avanço	Fontes de verificação
1.2.2. Equipamentos e acesso à comunicação Disponibilidade de recursos relacionados a toda forma de comunicação, telecomunicação, informática, etc	1	Não há sistema de comunicação e equipamentos (internet, telefones, malotes, computadores, impressoras, scanner, GPS etc) adequados e em condições de uso em todas as unidades.
	2	Há sistema de comunicação e/ou equipamentos (internet, telefones, malotes, computadores, impressoras, scanner, GPS etc), porém não são adequados e estão em condições precárias de uso.
	3	Há sistema de comunicação e equipamentos (internet, telefones, de malotes, computadores, impressoras, scanner, GPS etc) adequados na maioria das unidades, mas com restrições para o uso.
	4	Há sistema de comunicação e equipamentos (internet, telefones, malotes, computadores, impressoras, scanner, GPS) adequados e sem restrições de uso na maioria das unidades.
	5	Há sistema de comunicação e equipamentos adequados e modernos, em condições de uso (internet, telefones, malotes, computadores, scanner, GPS) em todas as unidades. Dispõe de planos de atualização frente aos avanços tecnológicos e demandas.
		1. Qual a condição da comunicação nos níveis regional e local (internet, telefones, VOIPs, malotes, computadores, impressoras, scanner, GPS, etc), distribuição, acesso, custeio, manutenção? 2. Há limitações e/ou restrições de uso dos dispositivos para comunicação que comprometam as atividades técnicas? 3. O SV dispõe de facilidade de uso de mecanismos de comunicação com o público externo e vice-versa? 4. Há algum plano de atualização dos meios de comunicação frente a avanços tecnológicos?

1.2. Recursos físicos	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>1.2.3. Transportes</p> <p>Disponibilidade de recursos adequados relacionados a transportes, que permitam o livre deslocamento do seu pessoal para toda e qualquer atividade de trabalho</p>	1 Há grave deficiência na quantidade de veículos e/ou esses estão fora de condições de uso. Não há fornecimento regular de combustível. Não há registros do uso dos veículos vinculados às atividades técnicas.	1. Qual a disponibilidade de veículos, embarcações e combustíveis em cada um dos níveis?
	2 Os veículos não são adequados e/ou estão em quantidade incompatível com as demandas e/ou fora de condições de uso. Há restrição para fornecimento de combustível. Não há registros auditáveis do uso dos veículos vinculados às atividades técnicas.	2. Qual a qualidade do controle de uso de veículos e embarcações? Existe formulário padrão para controle que deve ser usado em todas as unidades.
	3 A quantidade de veículos é compatível com as demandas e a maioria está em condições de uso. Em geral, não há restrição para fornecimento de combustível. Há deficiências nos registros auditáveis do uso dos veículos vinculados às atividades técnicas.	3. Habilitação dos condutores para condução dos veículos e embarcações?
	4 Os veículos são adequados, em quantidade compatível com as demandas e em boas condições de uso. Há fornecimento suficiente de combustível. Há registros auditáveis do uso dos veículos vinculados às atividades técnicas.	4. Qual a condição dos veículos nos níveis regional e local (ano de fabricação, estado de conservação)? 5. Há manutenção corretiva dos veículos? E preventiva?
	5 Os veículos são adequados, em quantidade compatível com as demandas e em condições de uso. Há fornecimento suficiente de combustível. Há registros auditáveis do uso dos veículos vinculados as atividades com priorização das ações técnicas. Há plano de substituição da frota. Dispõe de sistemas de rastreamento para monitoramento do uso.	6. A manutenção é sistemática e ágil para recuperação em casos de estragos? 7. Há plano de substituição da frota? Existem sistemas de rastreamento para monitoramento do uso?
1.3. Recursos Financeiros		
<p>1.3.1. Recursos para investimentos</p> <p>1.3.2. Recursos para custeio</p>	1. Existe provisão de recursos estaduais para investimentos e custeio? Em caso positivo, quais são as principais fontes regulamentadas? Há participação de recursos de fundos públicos e/ou privados para custeio e/ou investimento?	
	2. Em caso positivo, quais são as principais fontes regulamentadas?	
	3. Existe sistema de arrecadação própria? Quais formas? Garantem total independência do SVE? Em caso negativo, atende as demandas em que proporção?	
	4. Há convênios estabelecidos com o MAPA e com outras entidades? Em caso positivo, qual o valor do convênio para custeio e para investimento?	
	5. Os convênios anteriores ou atuais estão em situação regular de execução ou prestação de contas?	

1.3. Recursos Financeiros	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p data-bbox="114 448 286 496">1.3.1. Recursos para investimentos</p> <p data-bbox="80 528 320 715">Capacidade do SV para investimentos básicos e adicionais (materiais e não materiais) que levem à manutenção adequada e melhoria progressiva de sua infraestrutura operacional</p>	<p data-bbox="389 373 1458 437">1 Não há comprovada provisão de recursos para investimento. Não há capacidade para estabelecer, manter ou melhorar a infraestrutura operacional do SV.</p> <p data-bbox="389 442 1458 521">2 O SV eventualmente desenvolve propostas e garante recursos para manutenção e melhorias na infraestrutura operacional, mas isto é geralmente por meio de alocações via convênios e/ou parcerias.</p> <p data-bbox="389 526 1458 606">3 O SV regularmente garante recursos para manutenção e melhorias na infraestrutura operacional, por meio de alocações oriundas do orçamento próprio e de outras fontes, mas esses recursos são alocados com restrições em termos de seu uso (contingenciamento).</p> <p data-bbox="389 611 1458 691">4 O SV garante recursos para manutenção e melhorias na infraestrutura operacional, por meio de alocações oriundas do orçamento próprio e de outras fontes, e esses recursos são alocados sem restrições que comprometam seu desempenho.</p> <p data-bbox="389 695 1458 775">5 O SV sistematicamente assegura recursos adequados para as melhorias necessárias na infraestrutura operacional, com a participação de recursos próprios e eventualmente das partes interessadas. Executa um plano de arrecadação para investimento e aplicação dos recursos.</p>	<p data-bbox="1464 501 1872 525">1. Há evidências de planos de investimentos?</p> <p data-bbox="1464 560 2184 660">2. Dispõe de documentação e evidências de melhorias na infraestrutura e das operações decorrentes de investimentos, incluindo a distribuição por localidade? Lista dos investimentos desenvolvidos e.g. durante os últimos três anos?</p>

1.3. Recursos Financeiros	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p data-bbox="80 924 320 971">1.3.2. Recursos para custeio</p> <p data-bbox="58 991 342 1123">Acesso do SV a recursos financeiros suficientes para suas atividades rotineiras, independente de decisão ou pressão política</p>	<p data-bbox="389 849 1458 912">1 A provisão de recursos para custeio do SV não é suficiente nem está claramente definida e depende de recursos alocados de forma irregular.</p> <p data-bbox="389 917 1458 981">2 A provisão de recursos para custeio do SV não é suficiente mas está claramente definida e depende de recursos alocados de forma regular.</p> <p data-bbox="389 986 1458 1066">3 A provisão de recursos para custeio do SV é suficiente para suas operações básica, claramente definida e alocados de forma regular, mas não há provisão para operações não rotineiras.</p> <p data-bbox="389 1070 1458 1150">4 A provisão de recursos para custeio do SV está claramente definida e é regular e suficiente para suas operações básicas e há provisão para operações não rotineiras.</p> <p data-bbox="389 1155 1458 1235">5 A provisão de recursos para custeio para todos os aspectos das atividades do SV é adequada e suficiente; todos os recursos são fornecidos com transparência, permitindo independência técnica. O SV desenvolve análise do uso dos recursos de custeio para posteriores estudos de custo-benefício.</p>	<p data-bbox="1464 879 2074 903">1. Os recursos são suficientes para as atividades de defesa sanitária?</p> <p data-bbox="1464 932 2136 956">2. O orçamento de custeio para os últimos 3 anos é favorável (tendências)?</p> <p data-bbox="1464 984 2029 1008">3. A liberação de recursos de custeio ocorre com regularidade?</p> <p data-bbox="1464 1037 2184 1169">4. Como funciona o atendimento de recursos de custeio para as Urs e UVLs ? É baseado em um planejamento de atividades? Há concessão de diárias para execução de atividades em outros municípios? (Verificar: Materiais de consumo? Serviços de terceiros? Verificar contratos existentes, planejamento operativo anual.)</p>

1.3. Recursos Financeiros	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>1.3.3. Fundos em saúde animal</p> <p>Acesso do SV a recursos financeiros extraordinários, a fim de responder a situações de emergência ou a questões emergentes; medida pela facilidade com que recursos contingenciais e compensatórios (ex. esquemas de compensação de produtores em situações de emergência) podem ser disponibilizados quando requeridos</p>	1 Não há fundos de saúde animal e não há previsão para recursos financeiros emergenciais.	<p>1. Foi (foram) criado(s) fundo(s) de emergência ou par ações em saúde animal no estado?</p> <p>2. O fundo(s) é(são) público ou privado(s)?</p> <p>3. Qual o saldo?</p> <p>4. Há regulamento e mecanismos de revisão periódica dos procedimentos para a arrecadação e utilização de fundos?</p> <p>5. Quais os mecanismos de arrecadação e utilização dos fundos? Os mecanismos de arrecadação estão plenamente ativos?</p> <p>6. Há gestão adequada e transparente do uso dos recursos do fundo?</p> <p>7. Há previsão de uma porcentagem dos recursos para investimento além de emergências?</p> <p>8. Indeniza os proprietários para quais doenças (sejam de animais terrestres ou aquáticos)? Verificar as evidências .</p> <p>9. Há agilidade na liberação dos recursos para ações emergenciais?</p> <p>10. verificar registros de consulta e acordos com as partes interessadas sobre esse assunto?</p>
	2 Foram estabelecidas formas para provisão de fundos de saúde animal com recursos limitados, insuficientes para situações estratégicas ou emergenciais.	
	3 Foram estabelecidas formas para provisão de fundos de saúde animal com recursos limitados; recursos adicionais para emergências podem ser aprovados, mas a aprovação se dá por meio de um processo não tempestivo e imediato.	
	4 Foram estabelecidas formas para provisão de fundos de saúde animal com recursos suficientes; recursos adicionais para emergências podem ser aprovados por meio de um processo técnico e imediato.	
	5 Foram estabelecidas formas para provisão de fundos de saúde animal com recursos suficientes; recursos adicionais para emergências podem ser aprovados por meio de um processo técnico e ágil e o fundo garante uma porcentagem para investimento, além de emergência e indenização.	

2.1. Estrutura Organizacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.1.1. Estrutura organizacional e capacidade de coordenação interna</p> <p>Capacidade do SV de coordenar seu pessoal e suas atividades, por meio de uma clara cadeia de comando do nível central ao nível de campo, a fim de implementar as atividades relevantes para a defesa sanitária animal (ex. vigilância, controle e erradicação de doenças, segurança alimentar, detecção precoce e resposta rápida)</p>	1 Não há coordenação interna formal (estrutura organizacional oficial) e a cadeia de comando não está clara.	<p>1. A estrutura organizacional atende às necessidades da instituição?</p> <p>2. A estrutura está em conformidade com a legislação?</p> <p>3. As responsabilidades dos setores estão documentadas?</p> <p>4. Descrição da cadeia de comando do SV?</p> <p>5. Evidência de que as atividades são rotineiramente coordenadas do nível central até o nível de campo?</p> <p>6. Ocorre ruptura na cadeia de comando para as atividades?</p> <p>7. O número de unidades garante boa capilaridade?</p> <p>8. Houve alteração no número de unidades nos últimos 2 anos? Se sim, justificar.</p> <p>9. Existe um planejamento técnico definido pela UC? Há acompanhamento de sua execução? (Para os programas sanitários implantados).</p>
	2 A estrutura organizacional não está em conformidade com a legislação e não atende à demanda do órgão ou não é observada na prática. Há mecanismos de coordenação interna, com falhas na cadeia de comando para o conjunto das atividades.	
	3 A estrutura organizacional está em conformidade com a legislação, entretanto não atende à demanda do órgão ou não é observada na prática. Há mecanismos de coordenação interna, com falhas na cadeia de comando para o conjunto das atividades. Há planejamento técnico estabelecido pelos responsáveis pelos programas sanitários para direcionamento de ações a campo.	
	4 A estrutura organizacional atende às demandas do órgão e está em conformidade com a legislação, sendo observada na prática. Há mecanismos de coordenação interna, com uma clara e eficaz cadeia de comando para o conjunto das atividades. Há planejamento técnico estabelecido pelos responsáveis pelos programas sanitários para direcionamento de ações a campo, com acompanhamento de sua execução pela UC.	
	5 A estrutura organizacional atende às demandas do órgão e está em conformidade com a legislação, sendo observada na prática. Há mecanismos de coordenação interna, com uma clara e eficaz cadeia de comando para o conjunto das atividades e estas são periodicamente revistas e atualizadas. Há planejamento técnico estabelecido pelos responsáveis pelos programas sanitários para direcionamento de ações a campo, com acompanhamento de sua execução pela UC.	

2.2. Autoridade e gestão da qualidade	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.2.1. Base legal, regulamentação, aplicação da legislação, manuais e POPs</p> <p>Arcabouço legal, normas, regulamentos, manuais, protocolos e demais regulamentações que promovem o respaldo jurídico claro e transparente para a ampla atuação do SV em suas competências e atribuições</p>	1 A base legal e manuais não estão atualizados e não estão em consonância com as normas federais . A legislação não prevê aplicação de penalidades, não está divulgada e distribuída nas unidades do SV.	<p>1. Os manuais e legislação instituídos pelo MAPA e SV estão disponíveis?</p> <p>2. Os médicos veterinários têm acesso e conhecimento adequado dos manuais e da legislação (sejam de terrestres ou aquáticos)?</p> <p>3. O SV disponibiliza e aplica manuais de padronização de procedimentos (POPs) técnicos e/ou administrativos?</p> <p>4. Quais atividades ou programas possuem legislação estadual, manuais de padronização próprios ou adaptados?</p> <p>5. Evidências da aplicação de medidas punitiva frente às irregularidades ocorridas?</p>
	2 A base legal e manuais não estão completamente atualizados, mas estão em consonância com as normas federais . A legislação está divulgada e distribuída na maioria das unidades do SV. A legislação prevê penalidades, mas não há evidências de sua aplicação.	
	3 A base legal e manuais estão atualizados em consonância com as normas federais. Estão divulgados e distribuídos em todas as unidades do SV. A legislação prevê penalidades, porém se observam divergências e falhas no cumprimento das normas e procedimentos, assim como na aplicação das medidas punitivas.	
	4 A base legal e manuais estão atualizados em consonância com as normas federais. Estão divulgados e distribuídos em todas as unidades do SV. A legislação prevê penalidades e não há muitas falhas no cumprimento das normas e procedimentos, assim como na aplicação das medidas punitivas.	
	5 A base legal e manuais estão atualizados em consonância com as normas federais. Estão divulgados e distribuídos em todas as unidades do SV. A legislação prevê penalidades, havendo cumprimento das normas e procedimentos, assim como a aplicação das medidas punitivas. Há processo contínuo, organizado e participativo para a revisão de seu arcabouço legal.	

2.2. Autoridade e gestão da qualidade	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.2.2. Organização dos processos e unidades</p> <p>Capacidade do SV de manter todas as suas unidades organizadas de modo a permitir a adequada execução de seus processos técnicos, fluxos de informação e atividades administrativas, incluindo reuniões, atendimento ao público, arquivamento de materiais, etc</p>	1 As unidades do SV estão desorganizadas. Não há padronização dos procedimentos e dos fluxos das informações, processos e documentos.	<p>1. A UC, as URs, PFs, UVLs e EACs auditados estão organizados?</p> <p>2. Existe padronização definida pela UC na organização dos escritórios?</p> <p>3. Existe padronização definida pela UC de procedimentos e fluxos das informações, processos e documentos?</p> <p>4. A organização do escritório permite localizar rapidamente os documentos solicitados?</p> <p>5. Dispõe de formas de informatização, sistema eletrônico de documentos, pastas na rede, intranet, e-mail institucional, etc como sendo sistema unificado para padronização de procedimentos e fluxos das informações, processos e documentos?</p> <p>6. Dispõe de procedimentos adotados e registros das ações técnicas adotadas em todos os níveis?</p>
	2 Os processos do SV estão parcialmente organizados. Há iniciativa de padronização dos procedimentos e dos fluxos das informações e documentos em algumas unidades. As atividades são registradas com alto grau de deficiências.	
	3 Os processos do SV estão organizados, com padronização dos procedimentos e dos fluxos das informações e documentos, contudo não há padrão em todos os níveis do órgão. As atividades são registradas, todavia ainda com deficiências.	
	4 As unidades do SV estão organizadas. Existe padronização de procedimentos e fluxos das informações, processos e documentos. O registro das atividades é adequado e parcialmente informatizado.	
	5 As unidades do SV estão organizadas. Existe padronização de procedimentos e fluxos das informações, processos e documentos. Todas as atividades de serviço estão registradas de forma adequada, em um sistema informatizado e unificado.	

2.2. Autoridade e gestão da qualidade	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.2.3. Supervisão e controle interno</p> <p>Capacidade do SV para acompanhar o desempenho técnico e administrativo de seu quadro em todas as suas unidades, envolvendo a detecção de não-conformidades e pontos fracos, correções e prevenção das ocorrências</p>	1 Não há supervisões internas no SV.	<p>1. Existe metodologia, procedimentos e programação de supervisões internas no SVE?</p> <p>2. Como é feito o acompanhamento de sua execução?</p> <p>3. Existem metas para realização de supervisões? Estão sendo cumpridas?</p> <p>4. Como é o acompanhamento realizado nas UVLs e EACs?</p> <p>5. Como é o acompanhamento realizado nos postos fixos?</p> <p>6. Existe equipe definida e treinada de supervisores?</p> <p>7. Há evidências de relatórios de supervisão, planos de ações corretivas e acompanhamento das melhorias?</p>
	2 Há supervisões internas esporádicas sem metodologia apropriada. O programa de supervisões não é cumprido de acordo com as metas estabelecidas. Não há seguimento da execução de planos de ação corretivos pelas unidades auditadas.	
	3 Há supervisões internas, mas com falhas na metodologia e as equipes não são capacitadas. O programa de supervisões é parcialmente cumprido de acordo com as metas estabelecidas. Há seguimento parcial da execução de planos de ação corretivos pelas unidades auditadas.	
	4 Há programa de supervisões internas no SV com metodologia apropriada e procedimentos definidos, equipe capacitada de supervisores. O programa de supervisões é cumprido dentro das metas estabelecidas, porém com abrangência limitada quanto ao conjunto de processos e unidades. Há seguimento da execução de planos de ação corretivos pelas unidades supervisionadas.	
	5 Há programa abrangente de supervisões internas no SV com metodologia apropriada e procedimentos definidos com equipe capacitada de supervisores. O programa de supervisões é cumprido dentro das metas estabelecidas. Há seguimento da execução de planos de ação corretivos pelas unidades supervisionadas, com obtenção e demonstração de melhorias.	

2.3. Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.3.1. Sistema Informatizado para cadastro, movimentação e demais controles</p> <p>Disponibilidade de sistemas informatizados implantados para controle de cadastros e movimentação de animais, controle de vendas, controle de MV privados, etc.</p>	1 Não há sistema informatizado implantado na maioria das unidades para cadastro de produtores, propriedades, rebanhos e movimentação.	<p>1. O SV dispõe de sistema informatizado para controle de cadastros e movimentações de animais e produtos?</p> <p>2. O sistema controla eventos, vendas agropecuárias, profissionais habilitados, registro de atividades, aplicação de medidas sanitárias, emissão de relatório etc?</p> <p>3. O sistema está efetivamente implantado em todos os níveis e unidades? Quais usuários internos e externos têm acesso ao sistema e qual nível de acesso?</p> <p>4. Quais os relatórios e ferramentas disponíveis para os usuários em nível central e local que permitem análise dos dados do sistema (histórico de rebanho, explorações por espécie, explorações de subsistência, propriedades de maior risco, inativas, GRSC...)?</p> <p>5. A base de dados é atualizada simultaneamente às alterações ocorridas via sistema?</p> <p>6. Há adequadas ferramentas de sistema para detecção e prevenção de erros e falhas de procedimentos ou tentativas de burlas? Não somente para FA, mas também outras enfermidades, ex. brucelose, tuberculose?</p> <p>7. Há travas para bloqueio e alertas em caso de informações incompatíveis ou discrepantes, inadimplência, interdição de propriedades?</p> <p>8. Há evidências de que são feitas análises regulares da base de dados, com interpretações e/ou providências?</p> <p>9. Há integração do sistema com a PGA e checagem dos dados transferidos?</p> <p>10. O SV conta com sistema próprio (informatizado) de informação zoossanitária?</p>
	2 Há sistema informatizado implantado na maioria das unidades para cadastro de produtores, propriedades, rebanhos e movimentação, no entanto, não se tem acesso ao histórico de rebanhos.	
	3 Há sistema informatizado implantado para todas as unidades para controle de cadastros e movimentação de animais, com acesso ao histórico dos rebanhos para as espécies de interesse econômico para o estado. O sistema funciona com alguns mecanismos de alertas e travas.	
	4 Há sistema informatizado implantado para todas as unidades para controle de cadastros e movimentação de animais, com acesso ao histórico dos rebanhos para as espécies de interesse econômico para o estado. O sistema controla eventos, vendas agropecuárias, profissionais habilitados, registro de atividades, aplicação de medidas sanitárias, emissão de relatórios etc. O sistema funciona com mecanismos de alertas e travas eficientes.	
	5 Há sistema informatizado implantado para todas as unidades para controle de cadastros e movimentação de animais. O sistema controla eventos, vendas agropecuárias, profissionais habilitados, registro de atividades, aplicação de medidas sanitárias, emissão de relatório etc. O sistema funciona com mecanismos de alertas e travas e contempla o fluxo de informações zoossanitárias. São realizadas análises frequentes de seus dados.	

2.3. Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.3.2. Controle de cadastro de produtores, propriedades e animais</p> <p>Capacidade do SV de registrar e manter atualizado os dados cadastrais de produtores, propriedades e espécies animais, de modo a representar a realidade da UF</p>	<p>1</p> <p>Existe um cadastro incompleto de propriedades, produtores e rebanhos contemplando as espécies mais relevantes para o sistema agroprodutivo da UF, com coordenadas geográficas (abaixo de 30%) elaborado em consonância com os manuais do MAPA, desatualizado. Não há checagem in loco para abertura de novos cadastros.</p>	<p>1. Existe base informatizada de dados das propriedades, produtores e rebanhos de todo o estado?</p> <p>2. Há cadastro atualizado de todas as espécies de animais terrestres e grupos taxonômicos de animais aquáticos (observar se cadastros independentes daquele de bovinos e se aplicam o Anexo I da IN 4/2015 - aquicultura) - Se não de todas as espécies, de quais? (Verificar as espécies no questionário da UC e marcar)</p>
	<p>2</p> <p>Existe um cadastro de propriedades, produtores e rebanhos, contemplando as espécies mais relevantes para o sistema agroprodutivo da UF, organizado em uma base de dados, com coordenadas geográficas (aproximadamente entre 30% e 60%) elaborado em consonância com os manuais do MAPA, desatualizado. Não há checagem in loco para abertura de novos cadastros.</p>	<p>3. Como e com que frequência é atualizada? Ocorrem atualizações fora da etapa de vacinação da FA para as espécies que não bovídeas (equídeos, peq. Ruminantes, suínos e aves, abelhas, animais aquáticos) (mesma verificação acima)?</p>
	<p>3</p> <p>Existe um cadastro de propriedades, produtores e rebanhos contemplando as espécies mais relevantes para o sistema agroprodutivo da UF, organizado em uma base de dados informatizada, com coordenadas geográficas (aproximadamente entre 60% e 80%) e elaborado em consonância com os manuais do MAPA, atualizado. Não há checagem in loco para abertura de novos cadastros.</p>	<p>4. Há plano de atualização em execução, há procedimento de rotina para atualização a campo?</p> <p>5. O SV segue as diretrizes do Manual de Padronização de Cadastro instituído pelo Mapa?</p>
	<p>4</p> <p>Existe um cadastro de propriedades, produtores e rebanhos contemplando as espécies mais relevantes para o sistema agroprodutivo da UF, organizado em uma base de dados informatizada, com coordenadas geográficas (acima de 80%) e elaborado em consonância com os manuais do MAPA, atualizado e avaliado regularmente. Há checagem in loco para abertura de novos cadastros. Existe um plano em execução para atualização do cadastro com ações de campo.</p>	<p>6. Qual percentual de propriedades georreferenciadas no Estado (todas as espécies)?</p> <p>7. Quais os critérios adotados pelo SV para aceitação e validação da evolução de rebanhos?</p> <p>8. Há critérios estabelecidos para inclusão (checagem in loco) e exclusão de cadastros e, neste 2º caso, com baixa dos respectivos animais?</p>
	<p>5</p> <p>Existe um cadastro de propriedades, produtores e rebanhos para todas as espécies, organizado em uma base de dados informatizada, com coordenadas geográficas acima de 90% das propriedades, elaborado em consonância com os manuais do MAPA, atualizados e avaliados regularmente. Há checagem in loco para abertura de novos cadastros. Existe um plano em execução para atualização do cadastro com ações de campo. Há integração do cadastro do SV com sistemas cadastrais de outros órgãos.</p>	<p>9. Tem conhecimento da relação de novos cadastros e cadastros inativos nos últimos 12 meses?</p> <p>10. Há comparação/análise da relação rebanho/tamanho da propriedade?</p> <p>11. É feita alguma análise dessa base de dados regularmente?</p> <p>12. Há integração com outros sistemas cadastrais (por exemplo, NIRF, INCRA, CAR, outros)?</p>

2.3.Capacidade técnica operacional	e	Níveis de avanço	Fontes de verificação
2.3.3. Controle de trânsito de animais (terrestres e aquáticos) e produtos de origem animal, identificação e rastreabilidade Autoridade e capacidade do SV, coordenação com os produtores e outras partes interessadas, para monitorar o trânsito de animais sob seu mandato e rastrear seu histórico, localização e distribuição com o propósito de controle de doenças, segurança alimentar, comércio ou qualquer outro requisito legal preconizado pelo órgão	1	O SV não fiscaliza a movimentação de produtos e animais e os dados não são atualizados.	1. Quais são as formas de GTA utilizadas? (manual, informatizada e e-GTA) 2. Como são atualizados os dados de movimentação nos controles dos rebanhos de origem e destino? São emitidas GTAs para todos os grupos de animais (Verificar as espécies no questionário da UC e marcar)?
	2	O SV fiscaliza a movimentação de produtos e animais de forma aleatória e detém registros atualizados.	2.1. Há controle da movimentação de espécies que não bovídea (equídeos, peq. Ruminantes, suínos e aves, etc.) de propriedades sem bovinos? E dessas mesmas espécies de propriedades com bovinos?
	3	O SV possui procedimentos instituídos para a fiscalização da movimentação de produtos e animais e rastreabilidade de rebanhos mas não são aplicados de forma sistemática em todo o estado.	3. Há algum tipo de análise do trânsito de animais e produtos pela UC? 4. Existem ações para controle de ingresso de animais de outras UFs no estado e nas propriedades de acordo com as normas sanitárias ? 5. Verificar e concluir se o SV aplica as normas em vigor para o trânsito? (checar atendimento aos manuais de trânsito).
	4	O SV possui procedimentos instituídos para a fiscalização da movimentação de produtos e animais e rastreabilidade de rebanhos de forma sistemática em todo o estado, realizando eventualmente análises de fluxos de trânsito interno e externo para direcionamento de ações.	6. Como funciona a emissão de CIS-modelo E (CIS-E)? Ocorre de acordo com a legislação vigente? Há MVs credenciados para a emissão de CIS-E? 7. Há ações regulares e efetivas de controle e fiscalização da movimentação de animais e produtos (fiscalização volantes)?
	5	O SV possui procedimentos instituídos para a fiscalização da movimentação de produtos e animais e rastreabilidade de rebanhos de forma sistemática em todo o estado, realizando rotineiramente análises de fluxos de trânsito interno e externo para direcionamento de ações.	8. Há controle de marcas ou outro sistema de identificação para a rastreabilidade de animais além da GTA? As marcas constam na GTA? 9. No caso de haver na UF quarentenários oficiais, o SV participa de que maneira? 10. Quais os procedimentos adotados pelo SV para o acompanhamento de quarentenas oficiais? São conduzidas por RTs? 11. O SV acompanha as questões relacionadas a bem-estar animal implicado quando do trânsito de animais?

2.3.Capacidade técnica operacional	e	Níveis de avanço	Fontes de verificação
2.3.4. Controle de divisas e fronteiras Autoridade e capacidade do SV de prevenir e controlar a entrada e a disseminação de doenças e outros riscos associados a animais e produtos de origem animal.	1	O SV não aplica procedimentos de segurança de fronteiras/divisas. Não possui postos fixos e volantes atuantes.	1. Apresentar a lista e localização dos postos de fronteira ou divisas. (PRÉ-AUDITORIA) 2. Apresentar a localização dos Postos de fiscalização em relação às vias de ingresso na UF. 3. O SV conhece e analisa os fluxos de ingresso e pontos estratégicos para a fiscalização? 4. Os postos de fiscalização funcionam plenamente? 5. Como é a escala de recursos humanos nos postos? 6. Dispõe de sistema informatizado e procedimentos para rastreamento de animais e produtos ingressados na UF? 7. Há acordos de cooperação com países/estados vizinhos para controle de trânsito? 8. Há integração de atividades e/ou apoio de outros setores e instituições para controle de divisas/fronteiras? (Ex. polícia militar, exército, etc.) 9. Há comunicação de ingresso de animais de outras UFs no estado para as UVLs de destino dos animais? Há controle de cargas em trânsito pelo estado?
	2	O SV não aplica procedimentos de segurança de fronteiras/divisas por falhas sistemáticas de funcionamento. Possui postos fixos e volantes.	
	3	O SV aplica procedimentos de segurança de fronteiras/divisas, porém algumas deficiências de funcionamento e ou cobertura e ou localização são detectadas.Possui postos fixos e volantes atuantes.	
	4	O SV aplica procedimentos de segurança de fronteiras/divisas. Tem postos fixos e volantes atuantes em locais definidos a partir das análises de pontos estratégicos. Há procedimentos implantados com vistas ao controle do ingresso dos animais e produtos. Há integração com outras instituições e/ou estados envolvidos.	
	5	O SV aplica procedimentos de segurança de fronteiras/divisas. Tem postos fixos e volantes atuantes em locais definidos a partir das análises de pontos estratégicos. Há procedimentos implantados para com vistas ao controle do ingresso dos animais e produtos. Há integração com outras instituições envolvidas. Há trabalhos conjuntos com estados/países vizinhos para estabelecer, aplicar e auditar procedimentos de segurança de divisas/fronteiras	

2.3. Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.3.5. Controle de eventos e aglomerações</p> <p>Capacidade do SV de manter cadastro atualizado dos eventos e aglomerações animais e dos respectivos RTs cadastrados, de modo a monitorar as boas práticas de condução, manter registros de ingresso, egresso e rastreabilidade dos animais envolvidos e supervisionar as potenciais ocorrências sanitárias</p>	1 O SV não possui cadastro de recintos, organizadores e ou controle sobre a maioria das aglomerações. Os controles realizados não permitem a rastreabilidade dos animais.	<p>1. Quais os controles da UC e UVLs sobre as aglomerações (sejam de animais terrestres ou aquáticos) que ocorrem no estado? Recintos e organizadores estão cadastrados?</p> <p>2. As aglomerações são devidamente autorizadas e monitoradas (avaliação de mapas de entrada e saída e relatórios) pelo SV?</p> <p>3. Que percentual das aglomerações são fiscalizadas pelo SV? Que percentual é acompanhado por responsáveis técnicos - RTs? Os RTs são habilitados para emissão de GTA?</p> <p>4. Qual a orientação da UC para a fiscalização / acompanhamento de eventos pelas UVLs? Inclui a inspeção clínica de animais? Em que momento?</p> <p>5. O SV acompanha as questões relacionadas ao bem-estar animal implicado nos eventos e aglomerações animais?</p>
	2 O SV possui cadastro parcial de recintos, organizadores e o controle tem deficiências sobre a maioria das aglomerações, não permitindo a adequada rastreabilidade dos animais.	
	3 O SV possui cadastro de recintos, organizadores, mas o controle é deficiente e/ou só ocorre em parte das aglomerações, não permitindo a adequada rastreabilidade dos animais. Os RTs estão habilitados para emissão de GTA e há acompanhamento dos relatórios e controles dos eventos por parte do SV.	
	4 O SV autoriza e monitora todas as aglomerações, realizando fiscalizações in loco em parte delas. Há controle documental e inspeção clínica de animais nos eventos e os controles que permitem a rastreabilidade são informatizados. Os RTs estão habilitados para emissão de GTA. As estruturas e procedimentos permitem o efetivo controle sanitário.	
	5 O SV autoriza e monitora todas as aglomerações, realizando fiscalizações in loco em parte delas. Há controle documental e inspeção clínica de animais nos eventos e os controles que permitem a rastreabilidade são informatizados. Os RTs estão habilitados para emissão de GTA. As estruturas e procedimentos permitem o efetivo controle sanitário. O SV acompanha as questões relacionadas ao bem-estar animal.	

2.3.Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.3.6. Produtos biológicos de uso veterinário (vacinas, antígenos e alérgenos)</p> <p>Autoridade e capacidade do SV em regular os produtos veterinários farmacêuticos e biológicos, de modo a garantir seu uso prudente e responsável, no tocante a autorização, registro, importação, fabricação, controle de qualidade, exportação, rotulagem, propaganda, distribuição, vendas e uso</p>	1 O SV não tem cadastro atualizado de revendas de produtos biológicos. Não há fiscalização sistemática que permite o efetivo controle da comercialização dos produtos biológicos. Não há garantia da manutenção da cadeia de frio da revenda até a comercialização.	<p>1. O SV controla venda e uso de imunobiológicos, alérgenos e vacinas?</p> <p>2. As revendas de medicamentos e produtos biológicos estão cadastradas nas UVLs?</p> <p>3. Quais as exigências para a aprovação das revendas de vacinas (ART, geradores, fábricas de gelo)? Existem requisitos definidos pelo SVE para manutenção da cadeia de frio pelas revendas?</p> <p>4. Os procedimentos de fiscalização são adequados e a frequência de fiscalização está de acordo com as normas e permite efetivo controle das revendas?</p> <p>5. Existe procedimento definido para controle vacinas adquiridas em outros estados?</p> <p>6. Consta planejamento ou iniciativas de campanhas e do controle do uso de medicamentos especialmente antimicrobianos em animais?</p>
	2 O SV tem cadastro de revendas de produtos biológicos. Há fiscalização, porém não permite o efetivo controle da comercialização dos produtos biológicos. Não há garantia da manutenção da cadeia de frio da revenda até a comercialização.	
	3 O SV tem cadastro de revendas de produtos biológicos. Há fiscalização, que permite o controle da comercialização de parte dos produtos biológicos na maioria das revendas. Há garantia da manutenção da cadeia de frio da revenda até a comercialização.	
	4 O SV tem cadastro atualizado de revendas de produtos biológicos. Há fiscalização sistemática, que permite o efetivo controle da comercialização de todos os produtos biológicos de controle oficial em todas as revendas cadastradas, com apoio de um sistema informatizado. Há garantia da manutenção da cadeia de frio da revenda até a comercialização.	
	5 O SV tem cadastro atualizado de revendas de produtos biológicos. Há fiscalização sistemática, que permite o efetivo controle da comercialização de todos os produtos biológicos e medicamentos de uso veterinário em todas as revendas cadastradas, com apoio de um sistema informatizado. Há garantia da manutenção da cadeia de frio da revenda até a comercialização.	

2.3 Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.3.7. Planejamento e direcionamento da vigilância veterinária</p> <p>Capacidade do SV de planejar e executar as atividades do sistema de vigilância veterinária</p>	1	O SV não tem um planejamento das atividades da vigilância veterinária. Não utiliza critérios baseados em risco para as doenças dos programas sanitários de maior importância de seu sistema agroprodutivo.
	2	O SV tem um planejamento das atividades da vigilância veterinária e utiliza critérios baseados em risco para as doenças dos programas sanitários de maior importância de seu sistema agroprodutivo, mas sua execução é pouco significativa. Não há um acompanhamento da execução.
	3	O SV tem um planejamento das atividades da vigilância veterinária, utiliza critérios baseados em risco para as doenças dos programas sanitários de maior importância de seu sistema agroprodutivo. Sem acompanhamento adequado ou plena execução desse planejamento.
	4	O SV tem um planejamento das atividades da vigilância veterinária. Utiliza critérios baseados em risco para as doenças para os programas sanitários de maior importância de seu sistema agroprodutivo. Há acompanhamento, execução e emissão de relatórios de forma sistemática.
	5	O SV tem um planejamento das atividades da vigilância veterinária. Utiliza critérios baseados em risco para as doenças de maior importância de seu sistema agroprodutivo. Há acompanhamento, execução e emissão de relatórios de forma sistemática. Conta com suporte técnico-científico para planejamento e avaliação do sistema de vigilância.
		<p>1. Há planejamento de atividades de vigilância ativa (inspeções em propriedades e áreas de risco) coordenado pela UC? Para quais programas - terrestres e aquáticos? Conta com apoio técnico-científico para planejamento e avaliação?</p> <p>2. Há priorização e direcionamento das atividades no planejamento para os sistemas agroprodutivos de maior importância no estado?</p> <p>3. Existem metas para execução das atividades de vigilância ativa? Estão sendo cumpridas? Para todos os programas de importância no sistemas agroprodutivo do estado?</p> <p>4. Como é feito o acompanhamento das atividades da UVL pela UC?</p> <p>5. São aplicados os critérios de risco para uma vigilância mais efetiva para todos os programas de maior importância de seu sistema agroprodutivo - terrestres e aquáticos?</p> <p>6. Existe lista atualizada de propriedades/áreas de maior risco para as doenças de animais terrestres e aquáticos de todo o estado? Está no sistema informatizado? (Verificar as enfermidades no questionário da UC e marcar)</p> <p>7. São produzidos relatórios do sistema de vigilância e em qual frequência?</p>

2.3.Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.3.8. Capacidade para detecção precoce e recebimento de notificações de doenças</p> <p>Capacidade do SV em identificar, receber, registrar e investigar as ocorrências de doenças nas populações animais</p>	1	Ausência de registros de atendimento a ocorrências das principais síndromes pelas UVLs.
	2	Há poucos registros de atendimento a ocorrências das principais síndromes pelas UVLs. Os registros e o fluxo de notificações imediatas de doenças tem atrasos e falhas. Os prazos estabelecidos para investigação das síndromes não são cumpridos.
	3	Há registros de atendimento a ocorrências das principais síndromes pelas UVLs. Os registros e o fluxo de notificações imediatas de doenças possuem atrasos e falhas de menor gravidade, com correções posteriores. Os prazos estabelecidos para investigação das síndromes são cumpridos parcialmente.
	4	Há registros de atendimento a ocorrências das principais síndromes pelas UVLs. Os registros e o fluxo de notificações imediatas de doenças sem atrasos e falhas. Os prazos estabelecidos para investigação das síndromes são cumpridos em sua maioria. São realizadas análises regulares pela UC das notificações.
	5	Há registros de atendimento a ocorrências das principais síndromes pelas UVLs. Os registros e o fluxo de notificações imediatas de doenças sem atrasos e falhas. Os prazos estabelecidos para investigação das síndromes são cumpridos. São realizadas análises regulares pela UC das notificações pela UC e são adotadas ações com fins de correções e melhorias.
		<p>1. Há ações de conscientização à comunidade, incluindo produtores, para notificar as suspeitas de doenças de notificação imediata exóticas ou que compõem as síndromes SV, SH e SRN?</p> <p>2. Há ações de conscientização aos MVs do setor privado ou de outras instituições para notificar as suspeitas ou ocorrências de doenças? O FORM NOTIFICA é divulgado e está disponível de forma acessível para o uso pelos MVs privados e de universidades, centros de pesquisa e laboratórios?</p> <p>3. Os registros nos formulários de investigação das notificações imediatas estão de acordo com as normas, fluxos e prazos estabelecidos?</p> <p>4. As suspeitas de doenças sindrômicas que requerem notificação imediata (SV, SH e SRN) estão sendo devidamente registradas nos sistemas informatizados (SIVCONT/SISBRAVET)?</p> <p>5. Existe o conhecimento das listas de doenças de notificação previstas na Instrução Normativa nº 50/2013 (terrestres) e na Portaria 19/2015 (aquáticos)? Ver relação dos lançamentos no SIVCONT e casos confirmados de doenças de notificação imediata.</p>

2.3.Capacidade técnica operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.3.9. Capacidade para atendimento a suspeitas e atuação em emergências</p> <p>Autoridade e capacidade do SV para responder rapidamente em caso de suspeita ou de emergência sanitária</p>	<p>1</p> <p>O SV não dispõe de materiais e equipamentos adequados para atendimento das suspeitas. Não há MVs treinados para investigação às suspeitas de doenças animais. O tempo de reação para atendimento das notificações é inadequado.</p>	<p>1. O SV dispõe de grupo oficializado de atendimento a suspeitas de doenças emergenciais e atuação em emergências? Quais os critérios para formação dos grupos? Todos os componentes do grupo estão em atividade?</p> <p>2. Os MVs estão capacitados para investigação das suspeitas de doenças animais? (terrestres e aquáticos)</p> <p>3. Como as UVLs têm acesso aos componentes do grupo?</p> <p>4. Os MVs do grupo estão capacitados para atuação em emergências (terrestres e aquáticos)?</p> <p>5. Fazem a distribuição adequada e têm controle do estoque de equipamentos/materiais e meios de conservação nas UVLs, com procedimentos definidos para verificação, aquisição e reposição?</p> <p>6. Os equipamentos/materiais e meios de conservação estão organizados e adequados? (Verificar nos questionários da ferramenta para quais espécies animais há material e marcar). Há utilização rotineira de desinfetantes (verificar se em fiscalizações ou atendimentos em propriedades realizam desinfecção)?</p> <p>7. O SV dispõe de todos os dados estaduais / municipais atualizados para subsidiar ações em emergências? (planilhas de cadastro do sistema agroprodutivo, p.e. relação autoridades, hotéis, revendas, etc.)</p> <p>8. Há acordos firmados com outras instituições (polícia, defesa civil, etc) para atuação conjunta em emergências?</p>
	<p>2</p> <p>O SV dispõe de materiais e equipamentos de forma incompleta. A maioria dos MVs não é treinada para investigação às suspeitas de doenças animais. O tempo de reação para atendimento das notificações é inadequado. As investigações a suspeitas apresentam falhas. O SV conta com grupo especial de atendimento a suspeitas e atuação em emergências, porém sem capacitação adequada. Os dados municipais /estaduais para subsidiar as ações em emergências estão incompletos.</p>	
	<p>3</p> <p>O SV dispõe de materiais e equipamentos para atendimento às suspeitas de forma organizada porém incompletos. A maioria dos MVs foi treinada para investigação às suspeitas de doenças dos animais. O tempo de reação para atendimento das notificações é adequado para algumas das síndromes. As investigações a suspeitas apresentam falhas. O SV conta com grupo especial de atendimento a suspeitas e atuação em emergências atualizado, porém com capacitação inadequada. Os dados municipais /estaduais para subsidiar as ações em emergências estão completos, porém desatualizados.</p>	
	<p>4</p> <p>O SV dispõe de materiais e equipamentos para atendimento às suspeitas de forma organizada e completos. A maioria dos MVs foi treinada para investigação às suspeitas de doenças dos animais. O tempo de reação para atendimento das notificações é adequado para a maioria das síndromes. As investigações das suspeitas apresentam poucas falhas. O SV conta com grupo especial de atendimento a suspeitas e atuação em emergências atualizado e com capacitação adequada. Os dados municipais/estaduais para subsidiar as ações em emergências estão atualizados.</p>	
	<p>5</p> <p>O SV dispõe de materiais e equipamentos para atendimento às suspeitas de forma organizada e completos, com rotina de verificação e reposição. Todos os MVs foram treinados para investigação às suspeitas de doenças dos animais. O tempo de reação para atendimento das notificações é adequado para todas as síndromes. O SV conta com grupo especial de atendimento a suspeitas e atuação em emergências atualizado com capacitação e treinamentos frequentes. Não foram detectadas falhas nas investigações às suspeitas. Os dados municipais /estaduais para subsidiar as ações em emergências estão atualizados.</p>	

<p>2.3.10. Diagnóstico laboratorial e envio de amostras</p> <p>Capacidade e acesso do SV ao diagnóstico laboratorial de amostras biológicas, de modo a identificar e registrar agentes patogênicos, incluindo aqueles relevantes para a saúde pública e que podem afetar prejudicialmente animais e produtos de origem animal</p>	1	O SV não dispõe de centro de triagem de amostras e não conta com logística para envio tempestivo a laboratórios de referência.	<p>1. O SV dispõe de centro de triagem de amostras para remessa a laboratórios de referência?</p> <p>2. O SV mantém convênio com laboratórios de diagnóstico público ou privado (Universidades, Institutos, etc.)?</p> <p>3. O SV dispõe de adequada preparação e logística (incluindo material próprio) para envio tempestivo de amostras para diagnóstico e análises químicas? Checar evidências de que houve envio de amostras no tempo requerido.</p> <p>4. O SV dispõe de laboratório de diagnóstico próprio credenciado para as principais doenças de controle oficial?</p> <p>5. Há evidências de mecanismo eficiente de retorno tempestivo dos resultados (lab-UC-UVL - produtor)?</p> <p>6. Dispõe de diagnóstico de doenças não relacionadas a programas sanitários, mas de interesse do sistema agroprodutivo estadual?</p>
	2	O SV dispõe de centro de triagem de amostras, com logística para envio a laboratórios de referência, porém há evidências de falhas no processo que prejudicam a conclusão da investigação.	
	3	O SV dispõe de centro de triagem de amostras, com logística para envio a laboratórios de referência, mas ocasionalmente ocorrem falhas na logística de recebimento e/ou envio de material.	
	4	Dispõe de centro de triagem de amostras, com logística para envio tempestivo a laboratórios de referência. O SV dispõe de laboratório de diagnóstico próprio para algumas doenças de controle oficial ou mantém convênio com laboratórios de diagnóstico de outras instituições.	
	5	Dispõe de centro de triagem de amostras, com logística para envio tempestivo a laboratórios de referência. O SV dispõe de laboratório de diagnóstico próprio credenciado para a maioria das doenças de controle oficial e outras doenças de interesse da pecuária ou mantém convênio com laboratórios de diagnóstico de outras instituições. Há comunicação do diagnóstico final da enfermidade ao produtor. Dispõe de diagnóstico de doenças não relacionadas a programas sanitários, mas de interesse do sistema agroprodutivo estadual.	

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
2.4.1. Sistema de Informação Zoossanitária e Epidemiologia (estrutura, organização e funcionamento)	1 O SV não dispõe de setor de informação zoossanitária e epidemiologia implantado. As atividades são realizadas inadequadamente por servidores não capacitados. O fluxo e procedimentos das Informações Zoossanitárias mensais e semestrais não são adequadamente estabelecidos. As informações não são captadas, registradas ou enviadas regularmente, na maior parte dos meses e para a maioria das doenças. Os informes epidemiológicos mensais são enviados com muito atraso ou há muitos informes sem registros de dados, ou com dados incompletos.	1. A UC dispõe de setor de Epidemiologia e Informação Zoossanitária estruturado e organizado (existência de pontos focais atuantes, normas específicas, organograma definido, atribuições formalizadas, técnicos com formação/experiência na área e em número suficiente para o atendimento de demandas)?
	2 O SV não dispõe de setor específico para informação zoossanitária ou epidemiologia, mas há profissionais de outros setores que executam parcialmente as atribuições, sem capacitação na área. Há algum tipo de fluxo e padronização para captação dos dados. Falta regularidade no preenchimento e conferência dos dados epidemiológicos. Há atraso, erros e falhas em vários informes mensais.	2. Há fluxo interno padronizado e oficializado para as informações zoossanitárias da UVL para a UC? 3. Quando foi o último treinamento sobre sistema de informação e epidemiologia do SV? 4. Há identificação e cadastro das fontes de informação sobre saúde animal (MVs privados, cooperativas, laboratórios, universidades, hospitais e clínicas veterinárias)?
	3 O SV dispõe de setor de informações e epidemiologia implantado, com equipe capacitada na área. O cadastro de fontes de informações é atualizado e abrange a maioria dos envolvidos. Há fluxo interno padronizado para as informações e certa regularidade no registro, conferência e envio dentro do prazo dos informes epidemiológicos mensais na maior parte dos meses e os dados são de boa qualidade e representatividade. Realiza retorno de informações e análises às UVLs de forma esporádica. Não há apoio externo de especialistas para análises epidemiológicas.	5. As fontes de informação se comunicam regularmente com o SV para notificar suspeitas ou ocorrências? Como se dá essa comunicação? Há procedimento formalizado referente às responsabilidades, formas e prazos de comunicação? 6. Há regularidade no envio dos dados epidemiológicos pelos Informes Mensais ao DSA? 7. Os Informes Mensais são preenchidos corretamente, sem alertas de erros e enviados ao DSA dentro dos prazos estabelecidos?
	4 O SV dispõe de setor de informação e epidemiologia implantado, organizado e com equipe bem capacitada, e algum apoio esporádico ou informal de especialistas externos para realização de análises. Há fluxo interno padronizado para as informações e regularidade no registro, conferência e envio dentro do prazo dos informes epidemiológicos mensais na maior parte dos meses. Dados de boa qualidade e representatividade. Conta com apoio esporádico e informal de universidades ou institutos para análises e pesquisas epidemiológicas.	8. O SV esclarece ou toma providências em relação às inconsistências detectadas nos Informes Mensais, SIVCONT e notificações imediatas, apontadas pelo DSA? 9. O ponto focal verifica se a situação zoossanitária registrada é compatível com a situação esperada para cada doença? 10. O SV compila e analisa os dados registrados das investigações de suspeitas e ocorrências de doenças?
	5 O SV dispõe de setor de epidemiologia implantado, organizado e com equipe capacitada, e ainda conta com apoio de universidades ou institutos para análises e pesquisas epidemiológicas. Há fluxo interno oficialmente padronizado para as informações e regularidade no registro, conferência e envio dos informes epidemiológicos mensais durante todos os meses, e os dados tem boa qualidade e representatividade. Conta com apoio constante e formal de universidades ou institutos para análises e pesquisas epidemiológicas.	11. Há retorno da UC às URs e UVLs sobre as compilações ou análises realizadas? 12. É apresentado algum tipo de relatório sobre a situação zoossanitária do estado? Com que frequência? 13. O SV conta com apoio de universidades ou institutos para análises epidemiológicas?

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p align="center">2.4.2. PNCEBT</p> <p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	<p>1</p> <p>Não há estudo de prevalência para brucelose e tuberculose e o programa não está implantado na UF.</p>	<p>A. Vacina (obrigatório, exceto SC):</p> <p>1. Qual o índice da vacinação? (nº de bezerras vacinadas/existentes - o ideal é no mínimo 80% das bezerras - e nº de propriedades vacinadas/existentes com bezerras).</p>
	<p>2</p> <p>Não há estudo de prevalência para brucelose e tuberculose. São realizadas algumas ações previstas no PNCEBT, com deficiências. A cobertura vacinal está abaixo de 80%.</p>	<p>2. Qual o percentual de utilização de B19 e RB51 (para acompanharmos o uso de RB51)</p> <p>3. O controle do SVO sobre o registro/declaração da vacinação é adequado?</p> <p>4. Verificar nº e situação de médicos veterinários cadastrados, são fiscalizados? Utiliza vacinador?</p> <p>5. O estado está desenvolvendo ações para promover o aumento do índice (autuação, educação sanitária, etc)?</p>
	<p>3</p> <p>Há estudo de prevalência para brucelose e / ou tuberculose. São realizadas algumas ações previstas no PNCEBT, incluindo a fiscalização dos profissionais cadastrados e habilitados. A cobertura vacinal está acima de 80%.</p>	<p>6. Bloqueia a emissão de GTA para propriedades inadimplentes?</p> <p>7. Há metas e ou procedimentos para a fiscalização da vacinação?</p> <p>B. Diagnóstico:</p> <p>1. A comercialização de insumos para diagnóstico foi repassada para a iniciativa privada?</p>
	<p>4</p> <p>Há estudo de prevalência para brucelose e tuberculose. São realizadas ações previstas no PNCEBT, incluindo a fiscalização de profissionais cadastrados e habilitados. A cobertura vacinal está acima de 80%. Os registros são analisados, demonstrando a efetividade das ações do programa na UF.</p>	<p>2. Médico veterinário habilitado presta conta dos diagnósticos que faz e dos insumos que usa?</p> <p>3. São fiscalizados pelo SVE ou pela SFA?</p> <p>4. Se há notificação, os positivos são eliminados?</p> <p>5. Na emissão de GTA para trânsito interestadual, para reprodução, exige atestado negativo para brucelose e tuberculose?</p>
	<p>5</p> <p>Há estudo de prevalência para brucelose e tuberculose. São realizadas ações previstas no PNCEBT, incluindo a fiscalização de profissionais cadastrados e habilitados. A cobertura vacinal está acima de 80%. Os registros são analisados, demonstrando a efetividade das ações do programa na UF e servindo de base para inovações e incrementos progressivos.</p>	<p>C. Ações realizadas pelos programas estaduais:</p> <p>1. Há estudos de prevalência realizado nos últimos 10 anos? Se há um segundo estudo de prevalência, houve evolução?</p> <p>2. Foi desenvolvido plano de ação voltado à melhoria da condição sanitária para as doenças (de acordo com a IN 19/2016)?</p> <p>3. O saneamento nas propriedades focos é obrigatório? Há indenização?</p> <p>4. Quais as ações de vigilância para detecção de focos?</p> <p>5. Há interação para execução das ações que trazem resultados efetivos para o programa (laticínios, frigoríficos, extensão rural, associações, conselhos, fundos, etc?)</p>

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p align="center">2.4.3. PNCRH</p> <p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	<p>1</p> <p>O SV não dispõe de mecanismos para diagnóstico da raiva de forma eficiente e tempestiva (resultados: 7 dias para IFD e 45 dias para Prova Biológica). Não possui metas para execução de vigilância ativa direcionadas para áreas de risco. Não há cadastro de abrigo e atividade de captura.</p>	<p>1. Há atendimento e registro de todas as notificações de síndrome nervosa? Verificar este atendimento (FORM-IN e SivCont).</p> <p>2. Todas as amostras coletadas ou recebidas de terceiros foram enviadas ao laboratório? (verificar evidência de perda de amostras).</p>
	<p>2</p> <p>O SV não dispõe de mecanismos para diagnóstico da raiva de forma eficiente e tempestiva (resultados: 7 dias para IFD e 45 dias para Prova Biológica). Possui metas para execução de vigilância ativa direcionadas para áreas de risco com cumprimento parcial das mesmas. Há cadastro de abrigo, poucas atividades de captura e não há revisão.</p>	<p>3. Qual o prazo médio entre a coleta e o diagnóstico da raiva na UF e a notificação ao produtor (prova de IFD e prova biológica)?</p> <p>4. Há diagnóstico diferencial das amostras negativas para raiva? Além de EEB, quais?</p>
	<p>3</p> <p>O SV dispõe de mecanismos para diagnóstico da raiva de forma eficiente e tempestiva (resultados: 7 dias para IFD e 45 dias para Prova Biológica). Possui metas para execução de vigilância ativa direcionadas para áreas de risco com cumprimento parcial das mesmas. Há cadastro de abrigo, atividades de captura e há revisão. Há material adequado para atendimento de suspeita e captura.</p>	<p>5. As atividades do programa são direcionadas às áreas de risco?</p> <p>6. Há análise regular da existência de áreas com silêncio epidemiológico na UF (áreas com evidências de presença de abrigos e MH, de suscetíveis porém com ausente ou baixa notificação/ocorrência)?</p>
	<p>4</p> <p>O SV dispõe de mecanismos para diagnóstico da raiva de forma eficiente e tempestiva (resultados: 7 dias para IFD e 45 dias para Prova Biológica). Possui metas para execução de vigilância ativa direcionadas para áreas de risco com cumprimento total das mesmas. Há cadastro de abrigo, atividades de captura e há revisão. Há material adequado para atendimento de suspeita e captura. Possuem formalização do fluxo de informações com Secretaria de Saúde (municipal ou estadual) e há pouca interação para atividades conjuntas.</p>	<p>7. Os abrigos estão georreferenciados, mapeados e há histórico de controle para cada um? Estas informações estão no sistema informatizado do SVE? Há atividades de revisão de abrigos e captura de morcegos? Qual a periodicidade (preconizado pelo manual ao menos uma vez ao ano)?</p> <p>8. Há equipes, aparelhadas para monitoramento, identificação e captura de morcegos em áreas de risco, de ocorrência ou consideradas de risco?</p>
	<p>5</p> <p>O SV dispõe de mecanismos para diagnóstico da raiva de forma eficiente e tempestiva (resultados: 7 dias para IFD e 45 dias para Prova Biológica). Possui metas para execução de vigilância ativa direcionadas para áreas de risco com cumprimento total das mesmas. Há cadastro de abrigo, atividades de captura e há revisão. Há material adequado para atendimento de suspeita e captura e todos servidores de campo estão com a profilaxia atualizada. Possuem formalização do fluxo de informações com Secretaria de Saúde (municipal ou estadual) e a interação para atividades conjuntas é frequente. Há identificação e ações voltadas para as áreas silenciosas.</p>	<p>9. Os servidores que atuam no programa estão com a profilaxia atualizada contra a raiva (vacina e titulação)?</p> <p>10. Registro de casos de raiva em cães, animais silvestres ou humanos, são utilizados na vigilância da raiva?</p> <p>11. As ações perifocais são realizadas (checar os termos de vigilância, notificações)?</p>

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p align="center">2.4.4. PNEEB</p> <p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	<p>1</p> <p>O SV não realiza remoção de MRE nos SIEs de ruminantes. Não possui metas para execução de vigilância ativa nem direcionamento para áreas de risco. Não encaminham as amostras negativas para raiva em bovinos susceptíveis para diagnóstico de EETs.</p>	<p>1. Os SIEs adotam medidas para mitigação de risco para EEB nos matadouros (inspeção ante mortem, vigilância nos abates, destinação de MRE-Material de Risco Específico)? Se não, há plano de implementação?</p> <p>2. Realizam supervisões/treinamentos junto aos SIEs para verificação/implantação das ações de vigilância para a EEB no abate?</p> <p>3. Qual proporção de amostras testadas para as EETs /negativos para raiva em bovinos susceptíveis (> 24 meses, com sinais clínicos compatíveis)</p> <p>4. Há análise das informações epidemiológicas e definição de áreas de risco na UF? E de acordo com estas análises são adotadas ações de vigilância?</p> <p>5. Faz fiscalizações de alimentos (cama de aviário e outros POAs) em propriedades com fatores de risco/propriedades com bovinos nessas regiões? Verificar identificação individual ou coletiva, interdição, encaminhamento ao abate no prazo estabelecido, etc. Possui legislação estadual estabelecendo penalidades para o uso de alimentos proibidos para ruminantes?</p> <p>6. Há controle (documental e físico) de animais importados procedentes de país de risco para EEB, que são ingressados e/ou já presentes na UF, quanto à localização, destinação e movimentação, e as propriedades são fiscalizadas a cada 6 meses?</p>
	<p>2</p> <p>O SV não realiza remoção de MRE nos SIEs de ruminantes. Possui metas para execução de vigilância ativa mas não são direcionadas para áreas de risco com cumprimento parcial. Encaminham parte das amostras negativas para raiva em bovinos susceptíveis para diagnóstico de EETs.</p>	
	<p>3</p> <p>O SV realiza remoção de MRE nos SIEs de ruminantes. Possui metas para execução de vigilância ativa direcionadas para áreas de risco com cumprimento parcial. Encaminham a maioria das amostras negativas para raiva em bovinos susceptíveis para diagnóstico de EETs.</p>	
	<p>4</p> <p>O SV realiza remoção de MRE nos SIEs de ruminantes. Possui metas para execução de vigilância ativa direcionadas para áreas de risco com cumprimento total. Encaminham todas as amostras negativas para raiva em bovinos susceptíveis para diagnóstico de EETs.</p>	
	<p>5</p> <p>O SV realiza remoção de MRE nos SIEs de ruminantes. Possui metas para execução de vigilância ativa direcionadas para áreas de risco com cumprimento total. Encaminham todas amostras negativas para raiva em bovinos susceptíveis para diagnóstico de EETs. Possui legislação estadual estabelecendo penalidades para o uso de alimentos proibidos para ruminantes.</p>	

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p style="text-align: center;">2.4.5. PNEFA</p> <p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para erradicar e prevenir a febre aftosa</p>	<p>1</p> <p>O programa possui deficiências na execução da maioria de suas atividades.</p>	<p>1. As ações do PNEFA estão amparadas em marco legal estadual, alinhadas com a legislação federal?</p>
	<p>2</p> <p>São executadas ações de vigilância, sem planejamento e / ou registros adequados. Existe o cadastro e uma rotina de atualizações de todas as propriedades de bovinos e bubalinos e do quantitativo animal, mas há deficiências no cadastro e atualização de outras espécies suscetíveis quanto a propriedade e quantitativo animal.</p>	<p>2. Quais são os controles e procedimentos estabelecidos (vacinação, trânsito, vigilância) para atender às exigências do PNEFA?</p> <p>3. Os critérios são adequados para seleção das propriedades fiscalizadas?</p>
	<p>3</p> <p>As ações de vigilância são executadas conforme planejamento, com registros adequados. Existe o cadastro e uma rotina de atualização (declaratória e a campo) de todas as propriedades e quantitativo animal das espécies suscetíveis à febre aftosa.</p>	<p>4. Os dados do PNEFA disponíveis no estado coincidem com aqueles informados ao MAPA?</p> <p>5. Há planejamento e devido controle das etapas de vacinação nos diferentes níveis?</p>
	<p>4</p> <p>São realizadas análises que direcionam o planejamento e a execução das ações de vigilância, com registros adequados. Existe o cadastro e uma rotina de atualização (declaratória e a campo) de todas as propriedades e quantitativo animal das espécies suscetíveis à febre aftosa, com informações completas e geolocalização.</p>	<p>6. São realizadas análises de dados do PNEFA (vacinação, vigilância passiva e ativa)?</p> <p>7. São realizadas reuniões para discussão do plano estratégico e há acompanhamento dos encaminhamentos das reuniões do bloco? As UVLs têm conhecimento das ações previstas?</p>
	<p>5</p> <p>São realizadas análises e estudos epidemiológicos de identificação de áreas de risco e dos componentes do sistema de vigilância para direcionar o planejamento e a execução das ações de vigilância, com registros adequados. Existe o cadastro e uma rotina de atualização (declaratória e a campo) de todas as propriedades e quantitativo animal das espécies suscetíveis à febre aftosa, com informações completas e geolocalização.</p>	<p>8. Há um planejamento anual de atividades conjuntas realizado pelos pontos focais do PNEFA (SFA e SVE) e definidos pela DIFA? Há acompanhamento e avaliação do cumprimento dessas ações?</p>

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p style="text-align: center;">2.4.6. PNSA</p> <p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	1 O programa não está implantado na UF.	<p>1. Qual percentual de estabelecimentos avícolas comerciais registrados / total de estabelecimentos avícolas comerciais cadastrados? Realiza bloqueio de novos alojamentos para granjas não registradas e que ainda não protocolaram o pedido de registro no SVE (IN 08/2017)?</p> <p>2. Qual o percentual do nº de granjas vistoriadas/nº de granjas protocoladas?</p> <p>3. Tem cadastro de pontos de risco (sítios de aves migratórias, locais de aglomerações de aves, zoológicos, assentamentos, etc)?</p> <p>4. Tem cadastro de estabelecimentos que comercializam aves vivas? São fiscalizados conforme legislação estadual (frequência)?</p> <p>5. O SV atende a todas as notificações de mortalidade e demais notificações de presença de sinais clínicos compatíveis com IA e DNC? 5.1 em aves de corte, relativas as taxas de mortalidade acima de 10% (em lotes com menos de 50 dias de alojamento) ou acima de 20% (em lotes com mais de 50 dias de alojamento), ou mortalidade acima de 10% dentro do período de 72 horas. 5.2 em aves de subsistência?</p> <p>6. Quantitativo de coletas decorrentes das notificações de mortalidade (conforme descrito no item 5) realizadas pelos frigoríficos (SIF, SIE e abatedouros com SISBI) / Total de notificações de mortalidade (percentual de coletas de abatedouros, mede a capacidade atendimento do SVE).</p> <p>7. Realiza atividades de vigilância ativa para IA e DNC (vigilância de aves de descarte e aves migratórias, nos 20 sítios migratórios reconhecidos pelo DSA)?</p> <p>8. Participação no processo de certificação sanitária de estabelecimentos avícolas de reprodução?</p> <p>9. Faz controle das informações relativas à pesquisa de Salmonelas em aves comerciais (IN 10/2013 e IN 20/2016)? Recebe o resultado dos laboratórios credenciados e ou laboratórios das integradoras? São adotados os procedimentos previstos quando da positividade para ST, SE, SG, SP em aves comerciais (fermentação da cama, remoção, vazão sanitário mín. 15 dias, investigação e emissão de GTA oficial - Art. 30 e 33 da IN 20/2016)? Verificar os registros dos procedimentos.</p>
	2 O programa está implantado na UF. Atividades de vigilância ativa e passiva incipientes. Percentual de registro de granjas comerciais inferior a 50% do total de granjas registradas.	
	3 O programa está implantado na UF, há atividades de vigilância ativa e passiva com deficiências no planejamento e execução. Percentual de registro de granjas comerciais maior que 50% do total de granjas registradas.	
	4 O programa está implantado na UF, há atividades de vigilância ativa e passiva sem deficiências significativas no planejamento e execução. Percentual de registro de granjas comerciais maior que 80% do total de granjas registradas.	
	5 O programa está implantado na UF de forma adequada, os registros das ações de vigilância ativa e passiva são analisados, demonstrando a efetividade, servindo de base para inovações e incrementos progressivos. Percentual de registro de granjas comerciais maior que 80% do total de granjas registradas. O programa interage com os atores e instituições para a obtenção de resultados. Há controle das informações de pesquisa de Salmonelas em aves comerciais.	

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p align="center">2.4.7. PNSCO</p> <p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	1 O programa não está implantado na UF.	<p>1. Existe cadastro de peq. ruminantes de propriedades sem bovinos e ocorrem atualizações fora da etapa de vacinação da FA? Verificar item cadastro.</p> <p>2. Há controle da movimentação de pequenos ruminantes de propriedades sem bovinos? E de peq. ruminantes de propriedades com bovinos? Verificar item controle de trânsito.</p> <p>3. Executa alguma ação de vigilância específica para doenças de caprinos e/ou ovinos?</p>
	2 O programa está implantado na UF, com deficiências no cadastro, controle de movimentação e atividades de vigilância.	
	3 O programa está implantado na UF, com cadastro adequado. O controle de movimentação e/ou as atividades de vigilância são deficientes.	
	4 O programa está implantado na UF, há cadastro, controle de movimentação e atividades de vigilância adequados demonstrando a efetividade das ações.	
	5 O programa está implantado na UF, há cadastro, controle de movimentação e atividades de vigilância adequados demonstrando a efetividade das ações, os dados são analisados e servem de base para inovações e incrementos progressivos. O programa interage com os atores e instituições para a obtenção de resultados.	

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p align="center">2.4.8. PNSE</p> <p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	1 O programa não está implantado na UF.	<p>1. Existe cadastro de equinos de propriedades sem bovinos e ocorrem atualizações fora da etapa de vacinação da FA? Verificar item cadastro.</p> <p>2. Há controle da movimentação de equinos de propriedades sem bovinos? E de equinos de propriedades com bovinos? Verificar item controle de trânsito.</p> <p>3. Notificações de suspeita de mormo, influenza e encefalomiélites atendidas / recebidas? Qual percentual de focos com ações de interdição e saneamento nos últimos 2 anos?</p> <p>4. Qual a forma utilizada para eliminação de animais positivos para eutanásia e saneamento de focos de AIE e mormo? Atende normas de bem estar animal?</p> <p>5. Qual percentual de focos alcança a desinterdição dentro dos critérios da legislação federal (2 exames consecutivos de toda a tropa, com intervalo de 30-60 dias para AIE e 21-30 dias para mormo).</p> <p>6. Cumprem os prazos de validade de exames (AIE e Mormo) conforme estabelecido em normativa federal?</p> <p>7. Existe propriedades controladas para AIE? Como é a atuação do SV nessas propriedades?</p> <p>8. Houve realização de estudos epidemiológicos para AIE e / ou mormo? Há previsão? Em caso positivo, o resultado foi utilizado para orientação de ações de prevenção e controle?</p>
	2 O programa está implantado na UF, com deficiências em cadastro e controle de movimentação. Os prazos de validade dos exames (AIE e Mormo) não estão de acordo com a legislação federal. Não realiza investigação e / ou saneamento de focos satisfatoriamente.	
	3 O programa está implantado na UF, há cadastro e controle de movimentação adequados. Os prazos de validade dos exames (AIE e Mormo) não estão de acordo com a legislação federal. A maioria dos focos são investigados e / ou saneados satisfatoriamente.	
	4 O programa está implantado na UF, há cadastro e controle de movimentação adequados. Os prazos de validade dos exames (AIE e Mormo) estão de acordo com a legislação federal. Os focos são investigados e saneados satisfatoriamente.	
	5 O programa está implantado na UF, há cadastro, atualizações a campo e controle de movimentação adequados. Os prazos de validade dos exames (AIE e Mormo) estão de acordo com a legislação federal. Os focos são investigados e saneados satisfatoriamente. O programa interage com os atores e instituições para a obtenção de resultados.	

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.4.9. PNSS</p> <p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	1 Possui cadastro deficiente, controle de movimentação incipiente e vigilância ausente.	<p>ZONA LIVRE DE PSC</p> <p>1. Existe cadastro atualizado de propriedades de criação de suínos (subsistência e comercial)? Existem atividades planejadas para a atualização deste cadastro? Verificar item cadastro.</p> <p>2. O SV possui critérios e lista das propriedades de risco e existe metas de fiscalização dessas propriedades? Verificar item planejamento e direcionamento da vigilância veterinária. Verificar quais itens são avaliados durante a fiscalização (alimentação com restos alimentares de origem suína/conferência de saldo/GTA e movimentação animal/atualização cadastral/condições de biossegurança/orientações dadas ao produtor, vigilância ativa).</p> <p>3. Há notificação de taxas de mortalidade acima do preconizado (2% reprodutores/15% maternidade/7% creche/9%recria/terminação) nos últimos três anos?</p> <p>4. As notificações estão sendo devidamente atendidas pelo SV (prazo, ações e registros)?</p> <p>5. Há colheitas de reprodutores descartados em frigoríficos ou diretamente em propriedades?</p> <p>6. O SV possui a caracterização dos sistemas produtivos de suínos do estado?</p> <p>7. Se houver GRSC, qual a sistemática adotada de fiscalizações em granjas GRSC?</p> <p>8. Possui conhecimento sobre o Plano Javali? Possui informações sobre a existência de suínos asselvajados por município? Existem controladores de suínos asselvajados capacitados e colheita de amostras sorológicas de suínos asselvajados (NI 03/2014)?</p> <p>9. Para os itens a serem considerados como a regulamentação de temas regionais são: Há legislações para o controle de suínos asselvajados?, biosseguridade em granjas (não GRSC)?, manuais de procedimentos operacionais padrão ?</p> <p>CADASTRO CONSOLIDADO: Registro de nascimentos, mortes, entradas e saídas para todas as finalidades.</p>
	2 Possui cadastro, controle de movimentação e vigilância deficientes.	
	3 Possui cadastro e controle de movimentação adequados e vigilância deficiente.	
	4 Possui cadastro, controle de movimentação e vigilância da suinocultura comercial e de subsistência adequados. Interação com demais atores envolvidos (médicos veterinários habilitados, agentes de manejo, setor produtivo, associações, clube de tiro, etc.).	
	5 Possui cadastro consolidado, controle de movimentação eficiente para todas as finalidades e vigilância ativa conforme Norma Interna nº 05 estabelecida em todo o SV. Possui regulamentação de temas regionais e legislações específicas para sanidade dos suínos.	

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p style="text-align: center;">2.4.9. PNSS</p> <p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	<p>1</p> <p>Possui cadastro deficiente, controle de movimentação incipiente e vigilância ausente.</p>	<p>ZONA NÃO LIVRE DE PSC:</p> <p>1. Existe cadastro atualizado de propriedades de criação de suínos (subsistência e comercial)? Existem atividades planejadas para a atualização deste cadastro? Verificar item cadastro.</p>
	<p>2</p> <p>Possui cadastro, controle de movimentação e vigilância deficientes.</p>	<p>2. O SV possui critérios e lista das propriedades de risco e existe metas de fiscalização dessas propriedades? Verificar item planejamento e direcionamento da vigilância veterinária. Verificar quais itens são avaliados durante a fiscalização (alimentação com restos alimentares de origem suína/conferência de saldo/GTA e movimentação animal/atualização cadastral/condições de biossegurança/orientações dadas ao produtor, vigilância ativa).</p>
	<p>3</p> <p>Possui cadastro e controle de movimentação adequados e vigilância deficiente.</p>	<p>3. O SV possui a caracterização dos sistemas produtivos de suínos do estado?</p>
	<p>4</p> <p>Possui cadastro, controle de movimentação e vigilância da suinocultura comercial e de subsistência adequados. Interage com demais atores envolvidos (médicos veterinários habilitados, agentes de manejo, setor produtivo, associações, clube de tiro, etc.).</p>	<p>4. Se houver GRSC, qual a sistemática adotada de fiscalizações em granjas GRSC?</p> <p>5. Possui conhecimento sobre o Plano Javali? Possui informações sobre a existência de suínos asselvajados por município? Existem controladores de suínos asselvajados capacitados e colheita de amostras sorológicas de suínos asselvajados (NI 03/2014)?</p>
	<p>5</p> <p>Possui cadastro consolidado, controle de movimentação para todas as finalidades e vigilância conforme Norma Interna nº 05 estabelecida em todo o SV. Possui regulamentação de temas regionais e legislações específicas para sanidade dos suínos.</p>	<p>6. Para os itens a serem considerados como a regulamentação de temas regionais são: Há legislações para o controle de suínos asselvajados?, biosseguridade em granjas (não GRSC)?, manuais de procedimentos operacionais padrão?</p> <p>CADASTRO CONSOLIDADO: Registro de nascimentos, mortes, entradas e saídas para todas as finalidades.</p>

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p style="text-align: center;">2.4.10. PNCMB</p> <p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir a ocorrência de ficotoxinas e microorganismos patogênicos na produção de moluscos bivalves com impacto direto na saúde pública e segurança alimentar</p>	<p>1</p> <p>O PNCMB não está implantado na UF e, se houver cultivo ou extração de moluscos bivalves (MB) marinho para consumo, o risco à saúde pública pelo consumo de bivalves é desconhecido.</p>	<p>UF litorâneo onde há MB marinho (de cultivo ou extração) e o SV não realiza monitoramento de contaminantes ao menos uma vez por ciclo de produção para cada espécie.</p>
	<p>2</p> <p>O PNCMB está implantado na UF, porém com deficiências em partes que comprometem a qualidade de bivalves para o processamento industrial ou a rastreabilidade desde o consumidor final até o local de produção.</p>	<p>Há coordenador treinado para o programa no SV? O SV foi treinado para a execução do PNCMB? Cadastro: Verificar item correspondente. Há monitoramento de contaminantes em MB porém as coletas não obedecem à periodicidade mínima ou ao escopo analítico definido em legislação. A rastreabilidade não é suficiente para garantir a origem e conformidade do MB em todos os elos da cadeia produtiva (até o varejo).</p>
	<p>3</p> <p>O PNCMB está implantado na UF de forma adequada, porém há deficiências que prejudicam, mas não comprometem a qualidade de bivalves para processamento industrial. Há adequada detecção dos contaminantes do PNCMB (escopo e periodicidade) e rastreabilidade até o varejo.</p>	<p>A comunicação e publicidade sobre os pontos de coleta, fechamento e liberação de áreas para retirada de MB (com mapas e comunicados na internet) é adequada? Existe um Plano de Ação estruturado em consonância com a legislação para a implementação e execução do PNCMB? O SV executa o Plano de Ação para implementação do PNCMB e o discute no Comitê? O SV é capaz de rastrear completamente os MB a partir do varejo (feiras, mercados, peixarias, etc.) até a área de produção (trace back)?</p>
	<p>4</p> <p>O PNCMB está implantado na UF de maneira adequada. Há algumas deficiências menores que não prejudicam a qualidade de bivalves consumido no varejo nem a rastreabilidade em toda a cadeia produtiva. A comunicação de risco é adequada e existe um sistema de busca de causas de intoxicações por consumo de MB.</p>	<p>Existe um sistema de alerta rápido e eficaz com a participação do SV, produtores, laboratórios, órgãos de inspeção oficial, autoridades de saúde pública e varejistas e consumidores para ciência e providências nos casos de classificação de áreas com retirada suspensa ou sob condição? Há adequada comunicação com as autoridades de saúde pública e investigações conjuntas com a inspeção oficial nos casos reportados de intoxicação alimentar por consumo de bivalves.</p>
	<p>5</p> <p>O PNCMB está implantado na UF de forma satisfatória. Existem ações contínuas para inovações e melhorias da qualidade dos bivalves.</p>	<p>São realizados estudos no litoral do estado para a identificação, quantificação e dinâmica de fitoplâncton tóxico e de contaminantes de interesse em saúde pública nas áreas de produção. Existe redefinição de pontos de coleta baseado em risco a partir de estudos. Há plano de ação aprovado no Comitê Estadual de Sanidade de Animais aquáticos e publicado para casos de interdições prolongadas de propriedades em virtude de florações atípicas e duradouras de fitoplâncton tóxico. Este plano assegura a sustentabilidade da cadeia produtiva nos períodos de proibição de colheita e comercialização dos MB. O estado possui legislação própria para a adequação regional e com dispositivos que avançaram em relação ao PNCMB. Há ações efetivas para alertar a população sobre a necessidade de consumo de moluscos certificados e devidamente acondicionados e rotulados.</p>

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.4.11. Aquicultura com Sanidade</p> <p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças de interesse nacional e da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	1 O programa não está implantado na UF.	<p>1. Há responsável pelo Aquicultura com Sanidade formalmente designado no SV?</p> <p>2. O SV foi treinado para a execução do Aquicultura com Sanidade?</p> <p>3. Existe sistema informatizado que contemple controle das ações do Aquicultura com Sanidade?</p> <p>4. O SV possui mecanismos de assegurar o cumprimento das exigências de despesca e transporte de animais destinados ao abate e matéria-prima (Cap.V e Anexo III da IN 04/15)? O SV exige a emissão de GTA para animais aquáticos e matéria-prima e fiscaliza seu trânsito conforme previsão legal (Cap.VI da IN 04/15) - Verificar item controle de trânsito?</p> <p>5. O SV mantém arquivos auditáveis da exigência de preenchimento dos Anexos I (diversos formulário) e II (Registros sanitários da Aquicultura) da da IN 04/15?</p> <p>6. O estado realizou estudos epidemiológicos recentes para conhecimento da sua condição sanitária e utilizou os resultados na melhoria da gestão sanitária?</p> <p>7. O estado possui legislação própria para a adequação regional e com dispositivos que avançaram em relação ao Aquicultura com Sanidade?</p>
	2 O programa está implantado na UF, com deficiências no cadastro, controle de movimentação e atividades de vigilância.	
	3 O programa está implantado na UF, com cadastro adequado e controle de movimentação e atividades de vigilância deficientes.	
	4 O programa está implantado na UF, há cadastro, controle de movimentação e atividades de vigilância adequados demonstrando a efetividade das ações.	
	5 O programa está implantado na UF, há cadastro, controle de movimentação e atividades de vigilância adequados demonstrando a efetividade das ações, os dados são analisados e servem de base para inovações e incrementos progressivos. O programa interage com os atores e instituições para a obtenção de resultados.	

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.4.12. PNSAp</p> <p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	1 O programa não está implantado. Não possui cadastro de apiários. Não é realizado o controle de movimentação para colmeias e rainhas. Não possui equipes treinadas com EPI adequado para atendimento de suspeitas.	<p>1. Existe cadastro de colmeias? Verificar item cadastro. (comparar o número de apiários cadastrados pelo SVO com informações de apiários existentes na UF de acordo com dados do IBGE). Há cadastro para exportadores de mel?</p> <p>2. Existe adequado controle implantado para a atualização do cadastro e movimentação de apiários? Verificar item cadastro.</p> <p>3. É realizada a emissão de GTA para movimentação de apiários e rainhas? Verificar item controle de trânsito.</p> <p>4. É realizada busca ativa para implementação do cadastro em entrepostos de mel e derivados, Federações, Associações de Apicultores, entre outros?</p> <p>5. Executa alguma ação de vigilância específica para o programa de sanidade das abelhas? Existem metas e estão sendo cumpridas?</p> <p>6. Há um diagnóstico de situação que permita o direcionamento de ações?</p>
	2 Possui cadastro de apiários incipiente. Não é realizado o controle de movimentação para colmeias e rainhas. Não possui equipes treinadas com EPI adequado para atendimento de suspeitas.	
	3 Possui cadastro de apiários incipiente. É realizado o controle de movimentação de colmeias e rainhas. Possui equipes treinadas com EPI adequado e realiza atendimento de suspeitas.	
	4 Possui cadastro de apiários atualizado. É realizado o controle de movimentação de colmeias e rainhas. Possui equipes treinadas com EPI adequado e realiza atendimento de suspeitas. Realiza vigilância ativa com metas estabelecidas.	
	5 Possui cadastro de apiários atualizado. É realizado o controle de movimentação de colmeias e rainhas. Possui equipes treinadas com EPI adequado e realiza atendimento de suspeitas. Há um diagnóstico de situação para direcionamento da vigilância ativa com metas estabelecidas. Os responsáveis pelo programa interagem com os atores e instituições ligados à apicultura, promovendo estudos e desenvolvimento de pesquisas em sanidade apícola.	

3.1. Interação com a comunidade	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>3.1.1. Educação em saúde animal e comunicação social (divulgação e publicidade)</p> <p>Capacidade do SV de manter informadas as partes interessadas, em tempo e de forma apropriada, em relação às atividades e programas sob sua atribuição e à evolução dos temas de saúde animal e segurança alimentar</p>	<p>1</p> <p>O SV não conta com setor responsável e não executa projeto de educação em saúde e tampouco de comunicação social.</p>	<p>1. Há um setor responsável oficialmente pela Educação em Saúde e Comunicação Social?</p>
	<p>2</p> <p>O SV não possui um setor responsável, entretanto desenvolve ações de educação em saúde e comunicação social ocasionais nas UVLs.</p>	<p>2. Há projetos de Educação em Saúde e de Comunicação Social (em saúde animal e pública) conduzidos pelo nível central?</p>
	<p>3</p> <p>O SV possui um setor responsável e conta com alguns materiais de educação em saúde e comunicação social ofertados de forma irregular. As UVLs executam ações sem completa abrangência territorial de educação sanitária para as principais doenças e a comunicação social ocorre de forma esporádica.</p>	<p>3. Quais os materiais de educação em Saúde e comunicação social em saúde animal confeccionou nos últimos 3 anos (banners, álbuns seriados, cartazes, folders, cartilhas, etc)? Qual o critério para distribuição às UVLs e público alvo? Como são disponibilizados (impressos e/ou eletrônicos)?</p>
	<p>4</p> <p>O SV possui um setor institucionalizado conta com materiais de educação em saúde e comunicação social oferecidos com regularidade. O SV executa projetos de educação sanitária e comunicação social, inseridos em um planejamento anual. As UVLs executam ações de educação em saúde com regularidade e em consonância com um planejamento. O SV fornece informações atualizadas, acessíveis via Internet e outros canais apropriados, sobre atividades e programas.</p>	<p>4. Há ações desenvolvidas pela UC/UVL em Educação em Saúde (palestras, dias de campo, reuniões, participação de programas de rádio, TV ou outros meios de divulgação)? Para quais programas sanitários (animais terrestres e aquáticos)? A UC disponibiliza apresentações padronizadas para utilização pelas UVLs?</p> <p>5. As Ações de educação em saúde constam no planejamento da UC? Como é feito o acompanhamento do seu cumprimento?</p>
	<p>5</p> <p>O SV possui um setor institucionalizado. O SV realiza capacitações em educação sanitária aos servidores e conta com materiais de educação sanitária e comunicação social, de modo a garantir a continuidade das atividades. O SV executa projetos de educação sanitária e comunicação social, inseridos em um planejamento. As UVLs executam ações de educação sanitária com regularidade e em consonância com um planejamento. O SV fornece informações atualizadas, acessíveis via Internet e outros canais apropriados, sobre atividades e programas. A análise de resultados e evidências comprovam a eficiência de ações contínuas de educação sanitária para reorientar os projetos.</p>	<p>6. No caso de haver algum trabalho educativo executado específico para algum programa sanitário, foi possível medir sua eficácia nos últimos anos? Os resultados das ações sanitárias (ainda que ações isoladas) são analisados e utilizados para reorientar os projetos?</p> <p>7. Quais são as ações de comunicação social desenvolvidas para divulgação das atividades e programas (legislação, campanhas publicitárias, websites, redes sociais e outros canais apropriados)?</p>

3.1. Interação com a comunidade	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p data-bbox="47 459 360 539">3.1.2. Participação com a comunidade e consulta com as partes interessadas</p> <p data-bbox="47 858 360 1050">Capacidade do SV de consultar efetivamente as partes interessadas em relação às atividades e programas, ao desenvolvimento e evolução dos temas de saúde animal e segurança alimentar</p>	<p data-bbox="360 244 383 260">1</p> <p data-bbox="383 323 1458 379">O SV não interage com a comunidade ou suas organizações, nem com nenhuma representação do sistema agroprodutivo e outras instituições relacionadas com saúde animal. Não existem comitês de sanidade animal ativos.</p>	<p data-bbox="1458 300 2190 491">1. Há interação com associações, sindicatos, cooperativas agropecuárias, sociedades rurais e instituições relacionadas a temas de interesse da saúde animal? ex.: Federações de Agricultura; câmaras técnicas de cadeias produtivas, CRMV, Universidades, associação de criadores, empresas de pesquisa, órgãos de extensão rural, órgãos do meio ambiente, instituições relacionadas a temas de interesse da saúde animal e outros de interesse estadual? Há participação dessas partes interessadas em grupos de trabalhos ou atividades conjuntas?</p>
	<p data-bbox="360 467 383 483">2</p> <p data-bbox="383 539 1458 595">O SV interage de forma esporádica e informal com a comunidade, suas organizações e com algumas representações do sistema agroprodutivo e outras instituições relacionadas com saúde animal. Não existem comitês ativos.</p>	<p data-bbox="1458 523 2190 730">2. Existem comitês ativos no estado? ex.: Conselhos de Saúde Animal - CSA; Conselhos de Saúde Humana (estaduais e municipais - COMUSA); Conselho de Sanidade Agropecuária - CONESA; Comitês relacionados aos Programas Sanitário: de Sanidade Avícola - COESA, de Sanidade de Suínos - COESUI, de AIE/PNSE - CECAIE? Existe um Comitê Estadual de Sanidade de Animais Aquáticos instituído? Dentro do Comitê Estadual de Sanidade de Animais Aquáticos, existe um subcomitê de Resíduos e Contaminantes ou similar que discute continuamente as estratégias de implementação do PNCMB?</p>
	<p data-bbox="360 675 383 691">3</p> <p data-bbox="383 738 1458 794">O SV interage com a comunidade ou suas organizações e com as principais representações do sistema agroprodutivo e outras instituições relacionadas com saúde animal. Participa de alguns comitês do setor agropecuário.</p>	<p data-bbox="1458 730 2190 818">2.1. Caso positivo qual a frequência de reuniões e se há participação efetiva de membros do SVO (SVE e SFA). Verificar convocações, pautas, atas de reuniões ou listas de presença.</p>
	<p data-bbox="360 858 383 874">4</p> <p data-bbox="383 930 1458 1010">O SV interage regularmente com a comunidade ou suas organizações e com as principais representações do sistema agroprodutivo e outras instituições relacionadas com saúde animal. Participa ativamente dos comitês do setor agropecuário. Submete as legislações estaduais à consulta pública.</p>	<p data-bbox="1458 850 2190 954">3. O SV mantém processo de avaliação dos programas sanitários juntamente com setor privado? Contribuição das instituições/ partes interessadas na promoção de capacitações e desenvolvimento de outras ações de interesse da saúde animal?</p> <p data-bbox="1458 986 2190 1010">4. Há submissão das legislações estaduais à consulta pública?</p> <p data-bbox="1458 1042 2190 1066">5. As interações/parcerias interferem na independência e autoridade do serviço?</p>
	<p data-bbox="360 1098 383 1114">5</p> <p data-bbox="383 1193 1458 1329">O SV interage regularmente com a comunidade ou suas organizações e com as principais representações do sistema agroprodutivo e outras instituições relacionadas com saúde animal. Participa ativamente dos comitês do setor agropecuário. Submete as legislações estaduais à consulta pública. Realizam consulta aos usuários (parceiros, comerciais, produtores rurais, médicos veterinários privados e público em geral) quantos aos impactos e resultados das decisões tomadas pelo SV</p>	<p data-bbox="1458 1098 2190 1145">6. Participação em audiências públicas em todos os níveis (federal, estadual, municipal)?</p> <p data-bbox="1458 1177 2190 1257">7. Participação e representação do SV e das organizações do setor privado em fóruns nacionais e internacionais (MAPA, FONESA, países fronteiriços, COSALFA)?</p> <p data-bbox="1458 1289 2190 1369">8. Realizam consulta aos usuários (parceiros, comerciais, produtores rurais, médicos veterinários privados e público em geral) quantos aos impactos e resultados das decisões tomadas pelo SV?</p>

3.2. Interação com os médicos veterinários	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p align="center">3.2.1. Habilitação e cadastramento dos médicos veterinários</p> <p>Autoridade e capacidade do SV em habilitar/autorizar/delegar ao setor privado tarefas oficiais em seu nome</p>	<p>1 O SV não tem regulamentação para conceder ao setor privado habilitação / cadastramento / delegação para realizar tarefas oficiais.</p>	<p>1. Há quadro normativo adequado para dar autoridade à delegação / habilitação / cadastramento e respectivas revogações?</p>
	<p>2 O SV tem regulamentação para conceder ao setor privado habilitação / cadastramento / delegação, mas não exerce nenhum controle sobre as atividades delegadas.</p>	<p>2. É feita pelo SV a avaliação do cumprimento de pré-requisitos pertinentes das exigências legais previamente à habilitação, etc? 3. O cadastro de profissionais habilitados pelo MAPA está disponível a todas as unidades do SV?</p>
	<p>3 O SV tem regulamentação e adota procedimentos para conceder ao setor privado habilitação / cadastramento / delegação, mas não acompanha / fiscaliza de forma regular e/ou não adota medidas corretivas/punitivas no que se refere a determinadas tarefas.</p>	<p>4. O SV se envolve no processo e acompanhamento / fiscalização dos MVs habilitados? Como o SV faz chegar ao habilitado as informações sobre os programas sanitários? 5. Realiza eventos de capacitação e atualização dos profissionais?</p>
	<p>4 O SV tem regulamentação e adota procedimentos para conceder ao setor privado habilitação / cadastramento / delegação e acompanha / fiscaliza de forma regular e adota medidas corretivas/punitivas no que se refere a determinadas tarefas. Os profissionais participam do sistema de notificação com regularidade.</p>	<p>6. Há adequado controle sobre a emissão de GTA pelo MVH? Há entrega de relatórios de movimentação dentro do prazo regulamentar? 7. Os profissionais realizam notificações de enfermidades por meio do envio das fichas epidemiológicas mensais? Existe controle da regularidade dos envios?</p>
	<p>5 O SV tem regulamentação e adota procedimentos para conceder ao setor privado habilitação / cadastramento / delegação e acompanha / fiscaliza de forma regular e adota medidas corretivas/punitivas no que se refere a determinadas tarefas. Os profissionais participam do sistema de notificação com regularidade. Há um planejamento para a aprimoramento da interface e fortalecimento das ações de vigilância, a fim de manter a credibilidade e evitar conflitos de interesses.</p>	<p>8. Os MVH utilizam sistema informatizado do SVE? Para quais ações? Qual nível de acesso? 9. Quais os resultados de avaliações/supervisões in loco/auditorias e as medidas corretivas ou punitivas tomadas? Verificar participação nos processos. 10. Qual interação do SV com os CRMVs para apuração dos desvios de conduta? 11. É dada visibilidade ao público interno e externo dos profissionais cadastrados/habilitados e respectivas tarefas/competências delegadas? OBS: atividades delegáveis: PNCEBT: vacinadores cadastrados, MVs habilitados; PNSAe PNSS: MVs para emissão de GTA; PNSE: cadastrados para AIE, habilitados para mormo; MVs para emissão de GTA; PNSS: MVs de granjas para emissão de GTA; eventos e aglomerações: RTs cadastrado: MV habilitados para emissão de GTA (quais espécies de terrestres ou aquáticos); CIS-E: credenciados.</p>

3.3. Interação com instituições	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>3.3.1. Sistema de inspeção (segurança alimentar)</p> <p>Capacidade do SV de interagir com o serviço de inspeção de produtos de origem animal de modo a gerar resultados concretos e efetivos que tragam impacto positivo para o desempenho de suas próprias funções, especialmente de vigilância e controle de doenças em animais, garantia da saúde pública e proteção aos consumidores de alimentos de origem animal</p>	1 O SV não interage com as instâncias de inspeção federal, estadual ou municipal.	<p>1. Existe fluxo de informações sobre achados de inspeção (SIF, SIE, SIM) e vigilância sanitária da inspeção para a defesa? E da defesa para a inspeção? Existe um procedimento padronizado e institucionalizado para ambos os fluxos?</p> <p>2. Há evidências de que houve notificação de achados de inspeção compatíveis com Zoonoses/Doenças transmitidas por alimentos (lesões compatíveis com Brucelose, Tuberculose, Cisticercose, equinococose, entre outras).</p> <p>3. Ocorre notificação imediata pelos serviços de inspeção de suspeita de enfermidades de síndromes (vesicular, nervosa, hemorrágica dos suínos, respiratória e neurológica das aves)? Há alguma evidência de que isso tenha ocorrido nos últimos anos?</p> <p>4. O SV analisa as informações repassadas pela inspeção ?Em caso positivo, existe retorno destas análises aos Serviços de Inspeção?</p> <p>5. Ocorre participação dos Serviços de Inspeção nos Programas de Saúde Animal? - PNEEB (vigilância de EET, coleta tronco encefálico) - PNCEBT (notificação de lesões compatíveis com brucelose ou tuberculose) - PNSS (vigilância de PSC em reprodutores de descarte) - PNSA (vigilância em lotes com notificação de mortalidade atendidos).</p>
	2 Há fluxo esporádico de informações sobre achados de inspeção sem ações por parte dos programas sanitários. Não há regularidade na coleta e envio de amostras conforme determinação dos programas sanitários.	
	3 Há fluxo de informações sobre achados de inspeção que retroalimentam algumas ações pontuais dos programas sanitários. Há coleta e envio de amostras esporádicos atendendo parcialmente às determinações dos programas sanitários.	
	4 Há fluxo de informações sobre achados de inspeção que retroalimentam regularmente as ações de alguns programas sanitários. Há regularidade na coleta e envio de amostras conforme determinação dos programas sanitários.	
	5 Há fluxo de informações padronizados e institucionalizados sobre achados de inspeção federal, estadual e municipal que retroalimentam regularmente as ações dos programas sanitários e as análises das informações promovem ações de vigilância. Há regularidade na coleta e envio de amostras conforme determinação dos programas sanitários.	

3.3. Interação com instituições	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>3.3.2. Sistema Único de Saúde (zoonoses, vigilância sanitária)</p> <p>Capacidade do SV de interagir com Unidades do Sistema de Saúde</p>	1 Não há interação com o SUS.	<p>1. Ocorrem reuniões, intercâmbio de informações e sistema de alertas rápidos e ações conjuntas com o sistema único de saúde (SUS - estadual/municipal)? Para quais doenças (terrestres e aquáticos)?</p> <p>2. Participam de conselhos estaduais de saúde existentes?</p> <p>3. Há ações de vigilância epidemiológica e são feitos planejamentos de ações conjuntas para controle de doenças zoonóticas?</p> <p>4. Os Laboratórios Estaduais repassam os resultados de interesse para SV/SUS?</p> <p>5. Tem conhecimento do tema SAUDE ÚNICA? No estado estão sendo feitas ações específicas quanto ao tema?</p>
	2 O SV troca informações de forma esporádica com o SUS. Ações conjuntas e reuniões são raras ou inexistentes.	
	3 O SV troca informações com o SUS de forma regular para alguns temas. O SV participa de reuniões, mas não há regularidade nem formalização nas ações.	
	4 O SV mantém regularidade nos canais de comunicação e participa com frequência de reuniões e ações conjuntas com o SUS. O SV participa do conselho estadual de saúde.	
	5 O SV mantém regularidade nos canais de comunicação e participa com frequência de reuniões e ações conjuntas com o SUS. O SV participa do conselho estadual de saúde. São feitos planejamentos de ações conjuntas para controle de doenças zoonóticas.	

4. Certificação sanitária	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>4.1. Capacidade de certificação</p> <p>Capacidade do SV de dar como certo o conteúdo de termos e certificados por ele emitidos, de modo a subsidiar a certificação oficial que garante acesso das mercadorias produzidas na UF aos mercados interno e externos</p>	1 Não possui estrutura, procedimentos e controles para certificação sanitária de mercadorias de origem animal.	<p>Em relação a esse tópico especificamente, a equipe auditora deverá inserir um texto respondendo a todas as fontes de verificação para que a Casv após análise do relatório insira o texto final que será submetido à equipe auditora. A nota referente ao nível de avanço também não deverá ser inserida pela equipe, a Casv irá propor o nível de avanço após avaliação.</p> <p>1. A UF exporta mercadorias (animais, material genético, produtos e subprodutos de origem animal)? Quais ? E para quais mercados?</p> <p>2. O SV tem conhecimento dos estabelecimentos habilitados para exportação?</p> <p>3. O SV cumpre as exigências de mercados? União Europeia e Chile (quarentena e noventena) - Rússia e União Econômica Euroasiática - UEE (brucelose e tuberculose) - Controle de ractopamina visando mercados que assim exigem (ex. UEE)</p>
	2 O SV possui estrutura, procedimentos, controles e transparência com muitas deficiências que comprometem a credibilidade da certificação sanitária de mercadorias de origem animal.	
	3 O SV possui estrutura, procedimentos, controles e transparência com fragilidades que permitem a certificação sanitária de determinadas mercadorias de origem animal.	
	4 O SV possui estrutura, procedimentos, controles e transparência que permitem a certificação sanitária satisfatória de várias mercadorias.	
	5 O SV possui estrutura, procedimentos, controles e transparência que permitem a certificação sanitária satisfatória de ampla variedade de mercadorias de várias espécies animais, avaliados e aceitos por mercados importadores exigentes.	